

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

JOYCE EMANUELE SOARES DE OLIVEIRA

“Catarinas”: perspectivas editoriais sobre a cobertura jornalística da violência
contra a mulher

Mariana
2023

Joyce Emanuele Soares de Oliveira

“Catarinas”: perspectivas editoriais sobre a cobertura jornalística da violência
contra a mulher

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Michele da Silva Tavares

Mariana
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48c Oliveira, Joyce Emanuele Soares De.
“Catarinas” [manuscrito]: perspectivas editoriais sobre a cobertura
jornalística da violência contra a mulher. / Joyce Emanuele Soares De
Oliveira. - 2023.
60 f.

Orientadora: Profa. Dra. Michele da Silva TAVARES.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Feminismo. 2. Jornalismo - Aspectos sociais. 3. Violência contra as
mulheres. 4. Violência contra as mulheres na literatura. I. TAVARES,
Michele da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 343.54-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Joyce Emanuele Soares de Oliveira

“Catarinas”: perspectivas editoriais sobre a cobertura jornalística da violência contra a mulher

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 01 de setembro de 2023

Membros da banca

Profa. Dra. Michele da Silva Tavares - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues- (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Cláudio Rodrigues Coração, coordenador do curso de Jornalismo, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22/12/2025]



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Rodrigues Coracao, COORDENADOR(A) DE CURSO DE JORNALISMO**, em 22/12/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1036121** e o código CRC **6EC8B8B0**.

À Francisco de Oliveira Vasconcelos,
sua breve vida deu mais sentido à minha.

AGRADECIMENTOS

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia.”

Guimarães Rosa

Escrever esta monografia foi um trabalho muito mais complexo do que imaginei que seria. Lembro-me das primeiras conversas com minha orientadora, Prof^a. Michele, em que eu dizia do meu desejo e compromisso em realizá-lo com esmero e rapidez. Tinha objetivos claros em minha mente, os passos que deveriam ser seguidos e a “certeza” de que Trabalho de Conclusão de Curso não seria um grande desafio. Após idas e vindas, pausas e inúmeras intercorrências, me faltam palavras para dizer sobre como é chegar ao fim deste ciclo.

Durante todo trabalho fui atravessada por muitos afetos. E por uma pandemia. A pessoa que iniciou a escrita já não é mais a mesma que encerra este processo. De fato, esta é uma conquista que merece ser celebrada, sem esquecer daqueles fazem parte dela.

Minha gratidão à Deus que, apesar de mim, continua sendo Bom.

À minha família por apoiarem meu sonho e me incentivarem, e de forma especial à minha irmã, Amanda Oliveira, que sempre foi minha grande inspiração. À minha amiga Clarissa Moreira, que desde 2018 me pegou pela mão e nunca mais soltou. Ao meu companheiro, Henrique Chiapini, por acreditar em mim mais do que eu mesma.

Aos meus sobrinhos, Bento e Francisco (em memória), que mesmo tão pequenos, são minha força e maior razão para continuar todos os dias. Vocês chegaram justamente em meio à produção deste trabalho, e eu tenho certeza que se não fosse por vocês, eu não escreveria isso agora.

Aos meus colegas de turma por compartilharem das conquistas e dificuldades de ser Jornalismo 18.2. Clara Lopes e Rodrigo Nassif, vocês são verdadeiros presentes! Aos professores pela generosidade em ensinar, e de forma especial à Prof^a Michele Tavares e Prof. Carlos Jáuregui (Bolívia) por serem mais que orientadores durante a graduação, mas verdadeiros mestres - sempre cuidadosos e sensíveis a tudo o que precisei até aqui.

Ao meu tio Salvador, que desde os meus primeiros passos, prezou para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade. À minha madrinha Joice Estela, que com seu exemplo de determinação me arrastou muitas vezes, mesmo sem saber.

Aos profissionais de comunicação que desde o começo desta jornada me deram oportunidades de aprender e atuar com o jornalismo: obrigada pela confiança e parceria.

À Universidade Federal de Ouro Preto, especialmente ao DEJOR pela constante abertura ao diálogo, e pela incessante busca por um ensino que me capacitou pessoal e profissionalmente.

Ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva que, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criou a possibilidade para que eu estudasse em uma universidade pública e de qualidade. Tive o privilégio de crescer em um Brasil que podia sonhar, e mesmo em meio à tantas intempéries, hoje celebro a titulação de Jornalista, assinada por quem me deu esta oportunidade - e, agora, realizada.

RESUMO

Este trabalho busca apresentar uma análise comparativa dos modos de produção jornalístico, postura editorial e cobertura jornalística sobre violência de gênero feitos pelo portal “Catarinas”. O jornalismo independente ganha força no cenário de globalização e ascensão de Novas Tecnologias de Informação (TICs), fazendo com que temáticas tradicionalmente encobertas pela mídia hegemônica tenham visibilidade e angulações específicas. O objeto analisado será apresentado como portal de jornalismo com perspectiva de gênero, diante do engajamento nas temáticas de gênero e feminismo. Visando o aprofundamento na cobertura jornalística e na postura editorial, a metodologia utilizada compreende o estudo de caso (MATSUUCHI DUARTE, 2011) e a entrevista em profundidade (DUARTE, 2011) como possibilidades analíticas para este caso.

Palavras-chave: Jornalismo especializado, violência, feminismos.

ABSTRACT

This work seeks to present a comparative analysis of the modes of journalistic production, editorial posture and journalistic coverage on gender violence made by the “Catarinas” portal. Independent journalism gains strength in the scenario of globalization and the rise of New Information Technologies (ICTs), making themes traditionally covered by the hegemonic media have visibility and specific angles. The analyzed object will be presented as a journalism portal with a gender perspective, in view of the engagement in gender and feminism themes. Aiming at deepening the journalistic coverage and editorial stance, the methodology used comprises the case study (MATSUUCHI DUARTE, 2011) and the in-depth interview (DUARTE, 2011) as analytical possibilities for this case.

Keywords: Specialized journalism, violence, feminisms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boneca com corpo desfigurado.....	37
Figura 2 - Postagem desdobramento 1.....	38
Figura 3 - Postagem desdobramento 2.....	38
Figura 4 - Postagem desdobramento 3.....	39
Figura 5 - Interações através de comentários 1.....	39
Figura 6 - Interações através de comentários 2.....	40
Figura 7 - Interações através de comentários 3.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1. Jornalismo com perspectiva de gênero e a violência contra a mulher.....	14
1.1. Contexto sócio-histórico da violência contra a mulher.....	14
1.2. Movimento Feminista no Brasil.....	17
1.3. O lugar das mulheres nas redações: jornalismo com perspectiva de gênero.....	21
Capítulo 2. Novas práticas jornalísticas.....	26
2.1. Jornalismo independente, multimídia e as redes.....	26
2.2. Jornalismo feminista e independente: perfil editorial de “Catarinas”.....	29
Capítulo 3. Perspectivas editoriais e abordagens de “Catarinas”.....	34
3.1 Procedimentos metodológicos.....	34
3.2 Postura editorial, na prática.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....	46
APÊNDICE B - Entrevista com Jess Carvalho.....	48
ANEXO A - Linha Editorial de “Catarinas”.....	59

INTRODUÇÃO

A comunicação social é um caminho possível quando se tem um espírito questionador. Mais do que a busca por respostas definitivas, o Jornalismo tem papel fundamental de fazer as perguntas que nos levam a enxergar outras possibilidades da vida em sociedade. Como bem dito por tantos professores ao longo da graduação, há um pouco (tanto) de nós em cada história que nos propomos a contar. Neste trabalho de conclusão de curso, não seria diferente.

Ao longo dos mais de quatro anos de graduação, as temáticas de comunicação e gênero sempre tiveram destaque nas discussões e estudos desenvolvidos. Ao desenvolver a pesquisa de iniciação científica intitulada “A invisibilidade dos corpos nas revistas Claudia e Marie Claire: abordagens comparativas sobre o ativismo editorial e o modo de aparição dos sujeitos”, interessava olhar para produções femininas em revistas segmentadas de grande circulação, parte da lógica hegemônica da comunicação. Todavia, quanto mais observava as produções “tradicionais”, mais me interessava saber o modo como eram desenvolvidas as produções que ousam subverter esta ordem.

É sobre essa égide que, no presente trabalho, busca-se virar a chave do olhar para a produção jornalística com perspectiva de gênero, a partir de um veículo de comunicação feminista e independente, a saber: “Catarinas”¹. O portal é produzido por mulheres - negras, LGBTQIA+, periféricas, mães, intelectuais, etc. - o que vem ao encontro do conflito com a lógica hegemônica de produção para visibilizar realidades silenciadas pela produção de jornalismo hegemônico. Para tanto, a análise do “Catarinas” justifica-se pela presença de um movimento de ruptura, possível graças ao fato de portais como este são, em sua maioria, mantidos mediante financiamento coletivo e/ou iniciativas independentes de grandes grupos atrelados às esferas governamentais. Além disso, “Catarinas” é produzido em um contexto hiper localizados (estado de Santa Catarina, especificamente), condição que influi diretamente nas perspectivas editoriais do jornalismo a que se propõem.

O estudo acerca do jornalismo especializado tende a fortalecer as discussões, no campo da comunicação, sobre a prática jornalística enquanto agente de manutenção da democracia e dos direitos humanos; e a angulação para a perspectiva de gênero diz sobre um anseio que passa tanto pelo lugar de pertencimento - sendo eu mulher negra, estudante de

¹ Portal de notícias *Catarinas*: <https://catarinas.info/> e perfil no Instagram (@portalcatarinas): <https://www.instagram.com/portalcatarinas/>

comunicação social, atuante em coletivos feministas - quanto pela compreensão de que o jornalismo especializado tem um importante papel no momento em que questiona estruturas patriarcais e masculinistas que nos atravessam, e, são também aspectos fundantes, do campo da comunicação social. O conhecimento é como um escudo contra a inércia, e compreender a comunicação feita por mulheres para mulheres, é a proposta deste trabalho.

No que tange ao recorte das violências, basta que olhemos para os índices de mulheres mortas, estupradas e violentadas diariamente em todo o país, a exemplo do contexto da pandemia da Covid-19, em que esta pesquisa fora iniciada. Dados parciais da pesquisa “Violência contra mulheres em 2021” lançado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) em especial para o Dia da Mulher, apontaram 2.451 registros de feminicídio e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável no Brasil. Já o relatório do ano seguinte, em 2022 realizada pelo mesmo instituto, destaca que mais de 18 milhões de mulheres sofreram alguma forma de violência no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Os números recomendam para a urgência desta discussão e, por isso, têm protagonismo neste trabalho que se fundamenta em três eixos centrais: a violência de gênero, a cobertura jornalística especializada sobre este tema e as perspectivas editoriais que dão norte a estas produções. As frentes de jornalismo especializado, comandadas por mulheres, também são afetadas pela realidade violenta que elas mesmas buscam transformar através do jornalismo.

A questão mobilizadora dos estudos desta monografia está em compreender de que modo os portais de jornalismo especializado com perspectiva de gênero acionam, e inserem, as pautas sobre violência de gênero considerando seus perfis editoriais e contexto socioespacial. O objetivo geral, então, é realizar uma análise comparativa sobre as escolhas editoriais e inserção de pautas sobre violência contra as mulheres no portal “Catarinas”. Em 2022, o meio de comunicação passou por um período emblemático de mudanças que vão desde a identidade visual, reescrita do manifesto editorial e adoção de uma nova linguagem nas suas produções. Fato este que trouxe grande visibilidade ao portal, que passou também a atuar de forma colaborativa com outros veículos na produção de pautas emblemáticas.

A partir disso, é possível destacar objetivos específicos deste estudo que estão em: identificar os gestos editoriais que caracterizam a inserção das pautas de gênero, mais especificamente da violência contra mulheres em “Catarinas”; compreender como o contexto em que está inserido influi nas perspectivas editoriais; ponderar, se as iniciativas editoriais reverberam, de fato, nos conteúdos referentes à violência de gênero; analisar se é pertinente a percepção de que o jornalismo especializado, com atuação nos ambientes digitais, cumpre um papel social de vigilância e de denúncia das opressões de gênero sofridas por mulheres, por

meio de diferentes estruturas sociais; localizar os modos de ativismo editorial empregados na produção e conteúdo veiculado; refletir sobre o papel do destes portais no enfrentamento à violência de gênero, e ao silenciamento de mulheres.

Dessa forma, o trabalho está estruturado de modo que o primeiro capítulo apresenta uma breve recuperação sociohistórica acerca da condição na mulher na sociedade e atuais índices de violência, permeados pelo Movimento Feminista no Brasil e presença das mulheres na mídia. É a partir do levantamento de dados em relatórios nacionais, que as discussões conceituais são acionadas, de modo que teoria e prática se complementam ao longo da discussão.

Em um segundo momento, é abordado o recorte mais específico do jornalismo com perspectiva de gênero, este que é multimídia e em avançado processo de plataformização, fortemente presente nos ambientes digitais e imbricado nas estratégias de engajamento necessárias à sobrevivência no meio. A presença nos ambientes digitais e plataformas com interface *mobile* consolidam o jornalismo especializado no espaço midiático digital, mobilizando grupos ativistas de diferentes localidades e interesses. A partir da compreensão de como se configuram este novo modo de fazer jornalístico, apresento o objeto sobre o qual pretendo me debruçar: “Catarinas”, portal feminista de jornalismo com perspectiva de gênero, que acionam a discussão de gênero no Brasil.

“Catarinas” tem sua equipe e produção voltada especificamente para o estado em que se localizam, Santa Catarina, composto por um quadro equiparado entre mulheres brancas e negras. Sua equipe editorial é formada por profissionais de comunicação que atuam em diferentes campos de conhecimento dentro e fora da comunicação em si. Especialistas em marketing, antropologia, ciências sociais, etc.. Além disso, o portal conta também com um conselho editorial formado por intelectuais, pesquisadores e consultores de diferentes esferas. Por essa razão, os conteúdos veiculados são atravessados por um forte teor polifônico e multidisciplinar.

Por fim, o que pretende-se realizar no terceiro e último capítulo, é uma análise do modo como este portal pauta as questões de violência de gênero: quais são os critérios, interdições ou meios que definem o que entra e o que fica de fora da cobertura. Interessa-me também, compreender o modo como se dá essas escolhas, uma vez que é importante ter em vista que a inserção de pautas está envolvida em uma trama de interesses e processos que antecedem a “cobertura” jornalística propriamente dita. As escolhas editoriais, os métodos de pesquisa e seleção do que é ‘noticiável’ ou não para determinado veículo/marca editorial e a

relação com anunciantes são pontos determinantes para o tipo de conteúdo e linguagem a ser utilizado.

Dessa forma, a partir da percepção dos conteúdos veiculados em “Catarinas” e dos modos de produção, será possível refletir sobre a atuação do jornalismo especializado na produção jornalística contra hegemônica, que vem de encontro aos sujeitos subalternizados, seus corpos e suas vivências. Com base nisso, também refletir sobre o papel e as potencialidades que essa estratégia comunicativa ativista tem na reconfiguração dos discursos, dentro do campo da comunicação e para além dela, em torno das questões de gênero.

Quanto à metodologia, destaca-se o estudo de caso (MATSUUCHI DUARTE, 2011) e a entrevista em profundidade (DUARTE, 2011) como possibilidades para o devido aprofundamento nas questões de pesquisa, sendo assim possível a devida aproximação do objeto.

Capítulo 1. Jornalismo com perspectiva de gênero e a violência contra a mulher

Para refletirmos sobre o modo como o jornalismo com perspectiva de gênero se coloca frente às discussões e coberturas sobre violência contra a mulher, é necessário, inicialmente, compreendermos o contexto em que se dá dois eixos centrais neste trabalho: a condição da mulher na sociedade contemporânea e a imprensa feminina no século XXI.

Dessa forma, o primeiro capítulo dedica-se, então, a apresentar um panorama sócio-histórico da condição da mulher na sociedade a partir de dados e índices de violência e desigualdade que ilustram este cenário, bem como o papel do movimento feminista no enfrentamento às desigualdades e intervenção no ambiente comunicacional; e também elencar algumas percepções histórica acerca do lugar das mulheres nas redações jornalísticas, avançando para a atuação feminina nas iniciativas jornalísticas independentes contemporâneas.

1.1 Contexto socio-histórico da violência contra a mulher

A condição da mulher na contemporaneidade é o fundamento sobre o qual os movimentos feministas consolidam suas lutas e discussões, visando questionar e promover mudanças nas estruturas patriarcais sobre as quais nossa sociedade foi formada. Desde a antiguidade, no que se compreende como a transição do sistema feudal para o capitalismo, mulheres foram subjugadas à condição de objeto do Estado para controle de seus corpos, ficando sitiadas à esfera doméstica e sendo responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida, como cozinhar, lavar, limpar e cuidar. A mudança do sistema econômico de subsistência para o sistema monetário que visou a acumulação primitiva de capital, ofereceu as condições materiais que fundamentam a desvalorização da mulher na sociedade capitalista, intensificada no século XIX com a criação da figura de dona de casa. (FEDERICI, 2017, p. 145.)

“A divisão sexual do trabalho que emergiu daí, sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumentos para comandar o trabalho das mulheres.” (FEDERICI, p. 145-146.)

As desigualdades salariais, o controle sobre os corpos e a manutenção da miséria das mulheres (CARNEIRO, 2000) são características vitais à ordem capitalista e que permeiam as relações sociais. É fundamental destacar que estas estruturas são projeto político, conforme aponta Gerda Lerner (2019) em *A criação do patriarcado - história da opressão das mulheres pelos homens*, ao elucidar que “As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria” (p. 25). Apesar disso, mulheres pobres sempre

estiveram submetidas a trabalhos precários e com pouca ou nenhuma remuneração, lutando por sua sobrevivência e de seus filhos.

No Brasil, este fenômeno deve ser analisado a partir das estruturas de opressão que permeiam a vida em uma sociedade desigual em diversas esferas e que afeta mulheres de formas diferentes e específicas. A perspectiva interseccional, conforme aponta COLLINS e BILGE (2021, p.16.), nos fornece possibilidades analíticas para compreensão deste espectro, pois “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”.

Tendo em vista que a sociedade é formada a partir de bases desiguais, sendo planejadas e executadas em função do patriarcado, mulheres e crianças são as primeiras afetadas em quaisquer situações de crises. Em 2020, com a instauração de uma crise sanitária global em razão da pandemia da Covid-19, as desigualdades sociais em todo o mundo foram evidenciadas, e, indivíduos alocados em uma ou mais destas categorias - que sofrem com a opressão do sistema capitalista - foram os que mais sofreram as consequências. Segundo reportagem² publicada pelo site da Câmara dos Deputados em Agosto de 2020, os problemas econômicos ocasionados pela pandemia afetaram principalmente as mulheres (2020). Conforme registrado no portal, naquele período, as mulheres representavam 80% dos trabalhadores informais no país, além de serem as maiores responsáveis pelo trabalho da linha de frente de cuidado com enfermos, crianças e idosos. Em entrevista especial ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), sobre vitimização das mulheres diante da crise pandêmica, a professora e historiadora Flávia Biroli aponta para a necessidade de uma reflexão sobre a economia do cuidado a partir, justamente, de uma perspectiva interseccional. Segundo ela, “[...] a pandemia abriu uma oportunidade, a de ampliar a discussão sobre os efeitos de uma economia de cuidado ancorada nas desigualdades de gênero e atravessada pelas desigualdades de classe e de raça”. (SANTOS, 2021.)

Para além das dificuldades econômicas, que por si só já são demasiadamente violentas para as mulheres, o isolamento e o distanciamento social, necessários para a proteção dos brasileiros e contenção do coronavírus, não significaram proteção à integridade física e psicológica de mulheres. Diante da suspensão temporária de atividades presenciais, muitas delas vivenciaram o pesadelo de estarem presas em casa com seus agressores, isoladas e sem

² Ver: Mulheres são mais afetadas por crise econômica provocada pela Covid-19. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://www.camara.leg.br/noticias/681393-mulheres-sao-mais-afetadas-por-crise-economica-provocada-pela-covid-19/&sa=D&source=docs&ust=1654824669155637&usg=AOvVaw0OkJPZxyv8Y5dWUwt1O64M>>.

acesso às redes de apoio. Conforme o relatório da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2021), divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência de gênero no país é “hiperendêmica”, pois configura-se como uma patologia social (termo do campo da saúde pública para se referir a doenças persistentes, e avançam exponencialmente). Apesar disso, e com base nos dados parciais da pesquisa, em média, 17 milhões de mulheres sofreram violência em razão de gênero ao longo dos 12 meses do ano de 2021.

Apesar de a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de proteção às mulheres) ser considerada uma das mais avançadas no mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU), os índices apontam um contexto urgente de avanços a fim de minimizar os impactos de violência e promover justiça, reparação e proteção às mulheres brasileiras. A lei que define medidas preventivas e assistencialistas às mulheres vítimas, bem como as estratégias punitivas aos agressores, fica passível de questionamentos quanto à sua efetividade diante dos índices de violência de gênero. Segundo o mesmo relatório, a violência contra mulheres no âmbito do lar representou 48,8% do total de casos durante o ano de 2021, e ainda ressalta que “[...] os autores de violência são pessoas conhecidas da vítima, o que concede um alto grau de complexidade ao enfrentamento da violência de gênero no que se refere à proteção da vítima, punição do agressor e medidas de prevenção” (p. 28).

Os dados sistematizados apontam ainda para recortes específicos, como a tipificação das violências sofridas e a atitude das vítimas em cada contexto. (p.21): 18,6% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido alguma ofensa verbal (insultos, xingamentos e humilhações), 8,5% afirmaram ter sofrido ameaças de violência física, 7,9% foram amedrontadas ou perseguidas por seus companheiros, 6,3% sofreram violência física como tapas, empurrões ou chutes, e 5,4% sofreram ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual.

As redes de apoio mais procuradas pelas mulheres que sofreram violências neste contexto foram a família (21,6%), os amigos (12,8%) e a igreja (8,2%). Dentre as que procuraram por algum tipo de órgão oficial, as delegacias especializadas no atendimento às mulheres foram as principais (11,8%), seguida das delegacias gerais (7,5%), uso do disque 190 para acionamento da Polícia Militar (7,1%), acionamento do canal Ligue 180, gerido pelo Governo Federal (2,1%), e registro em boletim de ocorrência eletrônico (2%). O silêncio ainda imperou majoritariamente nas atitudes das vítimas, ao passo que 44,9% afirmaram não ter feito nada com relação às denúncias; todavia, este número representa um avanço com relação à pesquisa anterior, ocasião em que 52% das vítimas mantiveram o silêncio.

Retomando os dados sobre o tipo de violência sofrida, e atravessando-o com a atitude da vítima, o relatório destaca que as violências físicas sofridas implicam em maior busca pelas instituições oficiais de denúncia, de forma que 62,2% das vítimas de espancamento e 61,9% das mulheres que foram ameaças com faca ou arma de fogo buscaram ajuda de forças de segurança ou ONG's de proteção à mulheres.

Ainda retomando dados importantes para a discussão da violência contra mulheres no contexto da pandemia, ressalta-se um documento intitulado “Violência contra mulheres em 2021” lançado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), especialmente para o dia 08 de Março de 2022 no qual foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Este antecipa dados coletados para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 sobre a violência letal e sexual de meninas e mulheres no Brasil, considerando os crimes cometidos entre Março de 2020 e Dezembro de 2021. Os números apontam para 2.451 registros de feminicídio e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável, sendo que, analisando isoladamente os dados mensais, houve um aumento de casos de feminicídio e estupro entre fevereiro e maio de 2020 (primeiros meses da pandemia, quando houve maior restrição nas medidas de isolamento social).

É importante, sobretudo, atualizar alguns dados colhidos ao longo da produção deste trabalho, que permeou o contexto pandêmico e, ainda em construção, atravessa essa retomada denominada extra-oficialmente como “pós-pandemia”. Em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulga um novo relatório intitulado “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª Edição”, que apontou um crescimento em todas as formas de violência contra as mulheres no ano de 2022. Os 12 meses que antecederam o fechamento de dados do relatório revelam uma realidade que nos assola de maneira implacável: a vida ‘pós-pandemia’ seguiu vitimizando cada vez mais mulheres.

É neste cenário de compreensão da crescente violência de gênero legitimada e potencializada pelo Estado ao não promover políticas públicas efetivas de proteção às vítimas e garantia dos Direitos Humanos das Mulheres, que retomamos o assunto que abre este capítulo: o papel do movimento feminista no enfrentamento à violência de gênero.

1.1. Movimento Feminista no Brasil

No Brasil, a origem do feminismo é um tema ainda em desacordo no que diz respeito à datas e marcos históricos. Os fatos evidenciados pelas lutas das mulheres se diferem no contexto brasileiro com relação a outros países na Europa. Todavia, é consenso entre teóricas feministas a existência de pelo menos quatro momentos principais no Brasil que, devido à sua

maleabilidade e fluidez, costumam ser comparadas às ondas, e que em cada um dos períodos demarcavam reivindicações comuns. Segundo Constância Lima Duarte (2019),

“[...] Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparadas a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax - o instante de maior envergadura, para então fluir numa fase de aparente calma e novamente recomeçar.” (p. 26.)

A concepção da origem do feminismo se dá, mais especificamente, a partir da organização de mulheres em grupos próprios com finalidades subversivas. Todavia, é fundamental destacar que antes dos aglutinados de mulheres em busca de liberdade se formarem, existiam mulheres reivindicando direitos fundamentais - e sofrendo repressão - que foram inspiração para o que se tem consolidado hoje.

Silva (2019), em *“Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda”*, elenca os principais demarcadores das quatro ondas do feminismo com ênfase nesta última, sobre a qual nos aprofundaremos mais adiante. O final do século XIX até meados do século XX é caracterizado por forte mobilização feminina - iniciada no Reino Unido e Estados Unidos e inspirando ao redor do mundo - em busca de direitos civis fundamentais, no âmbito público de viés liberal, que já eram garantidos aos homens. Desde o direito a ler e escrever, marcado pela primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas em 1827, a reivindicação do direito ao voto e da participação na vida política e econômica, este período denominado como primeira onda do feminismo é marcado pela busca da legitimação da mulher enquanto sujeito de direito civil, igualmente inteligente e plenamente capaz de ocupar outros espaços que transcendem à esfera doméstica. Neste período é possível destacar também a explosão de escritos literários e jornalísticos de mulheres (DUARTE, 2019, p. 27-31); consolidando, desde então, a imprensa feminina como um espaço de disputas e resistência.

A problemática principal da primeira onda girava em torno de questionar os papéis de submissão e passividade das mulheres diante dos homens, além das restrições impostas na vida privada. Silva (2019) faz uma pontuação importante acerca da situação de mulheres negras estadunidenses neste contexto, que nos auxilia a observar o contexto mais geral, dado que a primeira onda do feminismo era, de fato, voltada praticamente às mulheres brancas:

“Ocorre que, embora, na prática, essas mulheres fossem subordinadas de seus maridos ou pais, elas não eram propriedade institucional e jurídica deles como era o caso das mulheres negras estadunidenses, esta tratadas pelo estado como bem jurídico, como “coisa”. Logo, as negras nem como seres humanos eram consideradas pela lei, eram tratadas como objetos. Assim, enquanto as mulheres brancas estavam lutando por direito de participação política e econômica, as

mulheres negras estavam lutando para serem reconhecidas como seres humanos.” (p. 10).

Um exemplo fundamental para se compreender a importância das identidades e individualidades no movimento feminista, é que mulheres brancas reivindicavam o direito a trabalhar fora de casa; enquanto mulheres negras eram consideradas inferiores e aptas ao trabalho duro e à resistência, frequentemente alocadas em fábricas, trabalho no campo e mesmo nas casas das mulheres brancas de mais alta classe social. Sueli Carneiro (2019), aponta justamente para a importância de que se incorpore essas particularidades, uma vez que

“[...] grupo de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso”. (p. 273-274)

A segunda onda do feminismo é compreendida como um período marcado pela busca da compreensão de como se deu a origem da condição feminina e “entender as razões que fundamentam a opressão sofrida pelas mulheres” (SILVA, 2019, p. 18). Neste período, o fortalecimento do senso de coletividade feminina deu origem ao conceito de sororidade (neologismo de irmandade, do inglês *sisterhood*), e forneceu as bases para que as feministas da segunda onda buscassem o ponto comum que conferia opressão à todas as mulheres, indistintamente de raça ou classe social: “o sexo, a prerrogativa de engravidar”. (SILVA, 2019, p. 18). Diferentemente da primeira onda, em que as reivindicações estavam restritas à esfera particular, a segunda onda traz a luta para o âmbito público e coletivo a partir das discussões sobre liberdade sexual e direitos reprodutivos. O corpo feminino entra em cena, reivindicando respeito e autonomia.

“Em razão dessa preocupação com a exploração do corpo da mulher, as feministas da segunda onda são as pioneiras quanto à crítica à pornografia, além de aprofundarem a crítica à prostituição - esta, iniciada por feministas marxistas. Nesse período, também são largamente estudadas e discutidas temáticas como a exploração da mulher através da maternidade e através do casamento, também a utilização da violência sexual e do estupro enquanto ferramenta de manutenção do poder masculino, todos ligados à questão da sexualidade da mulher sendo explorada pelo sistema patriarcal.” (SILVA, 2019, p. 21-22).

Ainda na segunda onda, com o movimento feminista ‘radicalizado’ (o termo feminismo raiz vem justamente da busca pela origem da opressão da mulher), os grupos articulados eram majoritariamente formados por mulheres brancas. A percepção de que estes grupos não representavam a diversidade identitária de mulheres da época, que mulheres lésbicas, mulheres negras e mulheres da classe trabalhadora se articularam no que Silva (2019) aponta como “feminismo identitário” (p.24). A compreensão de que as diferenças de

classe, raça/etnia e sexualidade são determinantes no modo como as mulheres são afetadas foi fundamental para a culminância da terceira onda do feminismo.

Os anos 80 e 90 do século XX foram marcados por importantes rupturas sociais e econômicas ao redor de todo o mundo, o que gerou um clima global de novas perspectivas e renovação. Justamente por contestar o viés universalizante do discurso das feministas da segunda onda, e pela inspiração em um ‘novo tempo’, a terceira onda apresentou este caráter contrário às noções essencialistas e genéricas sobre as mulheres. Dessa forma, a terceira onda do feminismo vem em respostas às “falhas da segunda onda” bem como para um rearranjo do período anterior (SILVA, 2019, p. 25).

O engajamento nas discussões que interseccionam a questão do gênero demarcaram a terceira onda ao trazerem à tona a importância de micropolíticas que consideram as demandas específicas de cada mulher em cada contexto socioeconômico. A compreensão de que as mulheres negras têm demandas diferentes de mulheres brancas, por exemplo, foi um princípio que com a terceira onda alcançou níveis mais profundos de discussão. As demandas de mulheres negras são diferentes se estas são mães, ou não; se são periféricas, ou não. O mesmo se aplica às questões de sexualidade, etnia, geolocalização, classe social e demais atenuantes.

Por fim, a quarta onda do feminismo é esta que nos atravessa diariamente. O uso em massa das plataformas digitais e redes sociais acessibilizou as ferramentas de comunicação para mulheres que o feminismo tradicional não contemplou - uma vez que as discussões do próprio movimento feminista se davam em espaços de poder como Universidades e instituições filantrópicas das cidades grandes. Conforme aponta Silva (2019),

“[...] a quarta onda do feminismo é intrinsecamente ligada às demandas das pessoas das regiões periféricas do ocidente, aquelas pessoas que nunca antes - ou muitíssimo mal - tiveram espaço para se manifestarem e serem ouvidas, mas na internet encontraram esse espaço. É o caso das mulheres dos países da América Latina. Na internet, essas mulheres encontraram oportunidade para articular a própria luta contra a violência de gênero - violência esta que se manifesta de diversas formas tanto no ambiente público quanto no âmbito privado.” (p. 40).

É por meio da acessibilidade à internet que mulheres que estão em locais historicamente marginalizados passam a ter voz e conseguem se articular em pares, aglutinando suas próprias histórias na formação de uma coletividade de fato representativa. A quarta onda do feminismo é esta, que emergiu a partir dos anos 2000 e que, curiosamente, parece manter-se no clímax ainda duas décadas desde seu surgimento.

A atuação comunicadora de mulheres nos ambientes digitais traz consigo um importante lugar de voz e visibilidade. É através de poder comunicar para uma rede de

indivíduos de diferentes lugares que mulheres podem se reconhecer mesmo que distantes geograficamente, se organizarem, se pautarem e sobretudo se protegerem através da informação. É sobre este pilar em que mulheres passam a se comunicar, que as discussões em frente seguirão.

1.2.O lugar das mulheres nas redações: jornalismo com perspectiva de gênero

Assim como em todos os campos da vida em sociedade, a presença feminina no campo da comunicação foi cerceado de embates e limitações. A restrição do acesso à educação foi um dos mecanismos utilizados para manter mulheres afastadas da vida pública e dos meios de comunicação. Todavia, a Revolução Industrial no séc. XIX e as influências das transformações tecnológicas que vinham ocorrendo no cenário europeu abriram possibilidades para o acesso de mulheres à educação formal.

Segundo Duarte (2016), é também neste período, através do letramento e apropriação da escrita que a literatura e a imprensa feminina surgem no Brasil. A autora destaca o papel que o jornalismo teve no empoderamento das mulheres, ao afirmar que: “Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência.” (p. 14).

O direito a ler e escrever, agenciado pelo feito legislativo de 1827 (supracitado) é fundamental para a discussão a que se propõe este trabalho, uma vez que ele foi o mecanismo precursor da comunicação de mulheres e para mulheres. Conforme Jessica Gustafson: “[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejavam viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão.” (apud. MUZAR, 2018, p. 27).

Dessa forma, as décadas de 1820 a 1840, foram marcadas, então, pela visibilização de nomes importantes na literatura, como Nísia Floresta Brasileira Augusta, com o livro “*Direito das mulheres e injustiça dos homens*” (1832) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, autora de “*A philosopha por amor*” (1845). No que diz respeito à imprensa, de fato, Duarte (2019) destaca o pioneirismo de Joana Paula Manso de Noronha com o lançamento do *Jornal das Senhoras*, publicação ilustrada que por três anos (1852-1855) tinha o firme objetivo de incentivar às mulheres oitocentistas a buscarem por ascensão social e moral perante aos

homens. Segundo a autora, “O pioneirismo d’O *Jornal das Senhoras* e suas colaboradoras tímidas e anônimas representou, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização acerca de seus direitos.” (DUARTE, 2019, p. 31). Júlia Albuquerque Sandy Aguiar, editora de *O belo sexo* em 1862, é também um nome de destaque ao incentivar a assinatura dos tabloides e a participação feminina através de discussões sobre as temáticas a serem publicadas. Entre outras diversas manifestações literárias e jornalísticas de mulheres, é mister destacar as contribuições do longo periódico *O Sexo Feminino* (1873-1896), de Francisca Senhorinha da Mota Diniz:

“Em seus artigos, Francisca Senhorinha alertava às mulheres que o “grande inimigo” era a “ignorância de seus direito”, que a “ciência dos homens” se encarregava de manter. E que apenas com a instrução seria possível “quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeia”. (DUARTE, 2019, p. 32).

Não nos faltam evidências de que a imprensa feminina tem suas bases solidificadas na ousadia e insurgência de mulheres que ousaram escrever sobre si próprias e seus anseios. É preciso destacar então, neste ponto, o jornalismo como espaço de representação, visibilidade e construção discursiva.

A noção de “invisibilidade da mulher na mídia”, utilizado por Vecchio-Lima e Souza (2017) nas discussões sobre jornalismo com perspectiva de gênero, aponta para duas faces de uma mesma problemática, as quais apresento a seguir: a primeira refere-se à presença de mulheres profissionais da comunicação nos espaços midiáticos, e a outra quanto à representatividade feminina nas narrativas jornalísticas.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) intitulada “Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho” que colheu respostas de 7.029 jornalistas de todas as regiões do país, aponta dados importantes para a reflexão sobre as mulheres nas redações. Segundo o relatório desenvolvido através do estudo, 58% dos jornalistas no Brasil são mulheres, sendo que destas, a maioria são brancas (68%), solteiras (58%) e menores de 40 anos. Apesar da estimativa maior do que na pesquisa realizada anteriormente (2012), estes dados ainda sinalizam um sintoma de exclusão de identidades femininas como da mulher negra, mãe e acima dos 40 anos. Outro dado, anterior, que toca num ponto importante é que, apesar de as mulheres jornalistas serem maioria, as que estão na ativa representam 36,98% do mercado da imprensa no Brasil, de acordo com um levantamento (SCARDOELLI, 2019) promovido pela empresa Comunique-se em 2019. A discrepância está no exercício pleno da profissão, dificultado em muitas variáveis para as mulheres.

Outro aspecto importante a se considerar é que o trabalho jornalístico é, ainda, um ambiente hostil para mulheres jornalistas, conforme aponta a pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” realizada em 2017 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número, com o apoio do Google News Lab (2017). A pesquisa objetivou mapear os desafios enfrentados pelas mulheres nas redações jornalísticas em todo o país, colhendo respostas de 477 mulheres de 271 meios de comunicação diferentes. 65,4% das jornalistas entrevistadas apontaram haver mais homens em cargos de poder no ambiente de trabalho, e 94,5% disseram haver mais pessoas brancas do que negras nos veículos de comunicação. Quanto à manifestação de violências de gênero no ambiente de trabalho, 84% das mulheres relataram terem sofrido algum tipo de violência psicológica, 73% contam já ter escutado comentários ou piadas de cunho sexual sobre mulheres no trabalho, 70,4% afirmam já terem recebidos cantadas que as deixaram desconfortáveis no ambiente profissional, e 17,3% das mulheres já sofreram algum tipo de agressão física no exercício da profissão.

A permanência de mulheres jornalistas na profissão é um desafio que se intensifica com a legitimação do ódio às mulheres e boicote à liberdade de expressão, ovacionadas pela escalada de um governo que ameaça a jovem democracia brasileira desde 2018. Investidas contra a liberdade de imprensa, disparo em massa de desinformação como estratégia política e frequentes ameaças aos jornalistas são *modus operandi* da gestão do Ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL)³. O contexto pandêmico para o qual retorno um olhar mais atento neste trabalho, foi cenário de intensas mudanças nas rotinas produtivas e de apagamento das mulheres na mídia. Segundo relatório nacional produzido pela *Global Media Monitoring Project* (2020), que monitorou todas as notícias veiculadas nas 24 horas do dia 29 de setembro de 2020 em vinte e três meios de comunicação de grande circulação no país (jornais impressos, rádio, televisão, portais jornalístico na internet e *Twitter*); as mulheres aparecem consideravelmente menos que os homens no que diz respeito a serem sujeitos das histórias e/ou fontes acionadas nos conteúdos:

“Quando comparamos a presença de mulheres e homens enquanto fontes de informação nas notícias, identificamos que os homens são privilegiados em todos os tipos de mídia monitorados. Os homens estão entre 69% (Twitter) e 74% (Rádio) das fontes ouvidas nas histórias. Quando são ouvidas, as mulheres aparecem mais vezes (59%) exercendo a função “Experiência pessoal”, ou seja, quando a pessoa “apresenta opinião baseada em sua experiência pessoal e individual”. Com a segunda maior ocorrência, identificamos que a função das mulheres na história não estava clara (43%) na história e, em apenas 24% das histórias em que apareceram,

³ Ver: As mulheres jornalistas no Brasil: com Bolsonaro, violência contra jornalistas mulheres dispara no Brasil. Por: Rachel Moreno. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/as-mulheres-jornalistas-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

as mulheres eram sujeitos/as das histórias, ou seja, ocupavam um lugar central na notícia.” (GMMP, 2020, p. 10-11)

A partir deste relatório, fica evidente que a presença de mulheres na mídia, não se dá de forma suficientemente representativa na mídia hegemônica. Todavia, os veículos de jornalismo especializado com recorte de gênero - provenientes principalmente de iniciativas independentes e fortemente inclusos nos ambientes digitais - cumprem um importante papel ao visibilizar pautas de gênero frequentemente ‘esquecidas’ pela mídia tradicional.

Ao desenvolver uma pesquisa de mestrado sobre o jornalismo feminista (2018), a autora Jessica Gustafson destaca essa característica enquanto uma “[...] tentativa de ruptura com os sentidos produzidos pela mídia tradicional, que ainda aborda as temáticas que envolvem as mulheres de maneira essencializada, privilegiando as vozes de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais”. (GUSTAFSON, 2018, p. 100).

Em pesquisa anterior, realizada em contexto de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A invisibilidade dos corpos nas revistas Claudia e Marie Claire: abordagens comparativas sobre o ativismo editorial e o modo de aparição dos sujeitos”, foi realizado um mapeamento de conteúdos veiculados nos ambientes digitais destas revistas referentes à violência contra mulheres. Um dos produtos desta pesquisa é o artigo “O (ciber)ativismo editorial e a pauta sobre violência de gênero nos ambientes virtuais de Claudia e Marie Claire”⁴ que elabora uma reflexão sobre os gestos editoriais das marcas no que tange à cobertura sobre violência de gênero envolvendo personalidades célebres. O que fica evidente é que existe um esforço editorial de incorporação das agendas feministas e mobilização da opinião pública em torno das questões de gênero; porém, sem de fato aprofundar-se ou assumir uma postura de fato combativa. É imprescindível o destaque para que, estas revistas, pertencem a grupos hegemônicos, o que justifica em parte o comportamento ainda mais engessado.

Tendo isso no horizonte, é possível inferir que a presença de mulheres nas narrativas é, também, um produto da ocupação feminina nas redações e grupos editoriais; um fenômeno observável no jornalismo com perspectiva de gênero. Ao narrar as histórias de mulheres para outras mulheres, o jornalismo com perspectiva de gênero abre possibilidades de representação e ocupação de espaços de visibilidade. É neste ponto que retomo as contribuições da quarta onda do feminismo, que, com a popularização da internet,

⁴ TAVARES, Michele da Silva; DE OLIVEIRA, Joyce Emanuele Soares. O (Ciber)Ativismo editorial e a pauta sobre violência de gênero nos ambientes digitais de Claudia e Marie Claire. Simpósio Nacional da ABCiber 2021. Disponível em: <<https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber14/paper/view/1736/0>> Acesso em: 22 ago. 2023.

possibilitou articulações de mulheres através das plataformas digitais, fortalecendo e intensificando a comunicação descentralizada.

Capítulo 2. Novas práticas jornalísticas

Considerando as mudanças nas rotinas produtivas e mudanças no modo de consumo de informação, é fundamental refletirmos sobre como a mídia se adapta e se reinventa neste cenário globalizado, de comunicação em rede mediada pelas novas Tecnologias de Informação (TICs). No tocante ao jornalismo independente, esta realidade fica evidente visto o uso massivo da internet.

Tendo isso em vista, este capítulo busca apresentar brevemente o conceito de identidade jornalística na contemporaneidade, jornalismo independente e suas características, utilizando-se, mais especificamente, da compreensão sobre como se configuram os portais de jornalismo, com o gênero e o feminismo como perspectiva.

2.1 Jornalismo independente, multimídia e as redes

Diante da seleção de “Catarinas”, é importante evidenciar, em um primeiro momento, o caráter de produção independente a se propõem, com uma atuação deliberadamente contra-hegemônica, justamente para visibilizar pautas que sofrem com o apagamento da grande mídia. Para tanto, é importante relacionar as ditas Novas Práticas Jornalísticas, segundo Vecchio-Lima e Caetano, que compreendem-se como

“[...] o conjunto das recentes alterações incluídas nas rotinas de produção e distribuição diária de conteúdos do jornalismo profissional (um campo agora exposto à intensa interação com novos sujeitos produtores de mensagens públicas que se inserem em espaços antes exclusivos dos especialistas), a partir de um cenário marcado pela inclusão das tecnologias digitais e online de comunicação.”
VECCHIO-LIMA; CAETANO, (2015, p. 62.)

Um novo modo de fazer jornalístico é acompanhado por novas tecnologias e linguagens digitais, bem como novos arranjos para se posicionar em um ambiente que passa a ser ocupado cada vez mais por mais indivíduos. Não só ocupado, como também recheado por produções que fogem às rotinas de redações e conglomerados midiáticos, em um contexto imediatista. Há o que se pode chamar de adaptação, feita por diversas organizações que passaram a integrar seus conteúdos ao digital, e há também o que Saad e Giacomassi denominam por “empreendimentos nativos”

“De uma forma geral, os empreendimentos nativos digitais são aqueles que buscam renovar as práticas tradicionais e obsoletas do processo jornalístico e utilizam-se de técnicas digitais inovadoras para a narrativa e foco na audiência.
(SAAD, GIACOMASSI, 2018, p. 69)

No trabalho intitulado “O conceito de jornalismo independente no contexto dos nativos digitais brasileiros” (2021), Raisa Gosch elucida sobre estas organizações que

utilizam as tecnologias como a própria fonte de suas produções editoriais a partir da conexão entre imprensa e independência no Brasil

“[...] em sua maioria, os veículos que são considerados independentes carregam uma liberdade maior com relação a anunciantes e ao poder público. Não há como carimbar um selo de independência e isenção em diferentes veículos, mas é possível afirmar que estão mais inclinados a uma autonomia aqueles menos comprometidos com as relações políticas de poder e com “amarras financeiras”. (GOSCH, 2021, p. 45).

Deste modo, é possível aferir que o alinhamento editorial e a angulação das produções jornalísticas digitais e independentes tem menor relação com os (des)interesses em atender às ideologias econômicas e partidárias da macroestrutura e mais com as pautas caras ao grupo que formam o grupo editorial. No livro “Realismo Capitalista” de Mark Fischer (2022), o autor discorda do ataque que o documentarista Adam Curtis faz às comunidades online que são marcadas por intensa identificação e suas limitações quanto ao confronto de ideias. Para Fischer,

“estes [ambientes] podem gerar novas redes discursivas que não têm correlação no campo social fora do ciberespaço. Na medida em que a velha mídia se torna cada vez mais subordinada às relações públicas, e a avaliação do consumidor substitui o ensaio crítico, algumas zonas do ciberespaço oferecem resistências a uma “compreensão da crítica” que, em outros lugares, é deprimentemente propaganda”. (2022, p. 126)

A partir do encontro de mulheres em ideais comuns a partir do advento da internet é que é possível aplicar a noção de ‘independência’ no modo de comunicar de “Catarinas”, uma vez que este nasce da demanda comum de mulheres que buscaram fragmentar-se o quanto possível da lógica capitalista na imprensa. É assim que as produções jornalísticas do portal supramencionado dizem sobre uma perspectiva de produção específica, com recorte de gênero que visam uma produção “delas para elas”.

“O jornalismo digital online permite trilhar uma via de divulgação independente, análise, reafirmação e discussão da agenda feminista, garantindo novas formas de expressão pessoal e coletiva, que superam o profissionalismo rígido das redações, e podem interagir com iniciativas políticas e sociais.” (VECCHIO-LIMA, et al., 2017, p. 151.)

De modo similar, temos hoje no Brasil diversas organizações de comunicação que se dedicam à produção de um jornalismo independente, como os portais “Gênero e Número⁵”, “AzMina⁶” e “Nós, Mulheres da Periferia⁷”. Estes portais apresentam uma seção específica para apresentação da linha editorial, intituladas “Quem somos” no caso de “AzMina” e “Nós,

⁵ Portal de notícias *Gênero e Número*. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

⁶ Portal de notícias *Revista AzMina*. Disponível em: <<https://azmina.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

⁷ Portal de notícias *Nós, Mulheres da Periferia*. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>>. Acesso em 22 ago. 2023.

Mulheres da Periferia”; “Sobre” no portal “Gênero e Número” e “Linha editorial” no site de “Catarinas”. A perspectiva de gênero e o combate ao patriarcado em seus modos de fazer jornalístico é evidenciada logo nas primeiras frases dos editoriais, aliados aos manifestos disponíveis em cada site, que servem para nortear o tipo de jornalismo que propõem.

É possível observar que estes enunciados reorientam os conceitos de identidade jornalística empregado em “Catarinas”, ao passo que é atravessada por fatores históricos, sociais, raciais, pelas relações de poder e lentes das próprias produtoras deste jornalismo. Conforme Carneiro (2016), “A identidade não é imutável: ela vai sendo construída de acordo com a realidade social” (p. 77). Exemplo disso é o emprego dos marcadores “missão, visão e valores” em destaque nas apresentações das linhas editoriais destes portais. São usados para descrever os pilares que norteiam não só a produção em um sentido linear, mas sim todos os procedimentos envolvidos no ciclo comunicativo dos mesmos. Assim, estratégias, responsivas, adesão e escolhas vão sendo demarcadas a partir da identidade jornalística adotada nas linhas editoriais.

Outra característica comum aos veículos dizem respeito aos métodos de organização das abas do site que condicionam os formatos de conteúdos conforme os temas propostos. Abas específicas para sessões que tratam de ‘feminismos’ e ‘violência’ se repetem em “Catarinas”, “AzMina” e “Gênero e Número”; o que destaca o interesse destes veículos em retratar os dados de violência de gênero. Não só retratar, mas colocar o gênero em perspectiva nos conteúdos produzidos que atravessam os grandes temas de saúde, política, finanças, etc..

“Nós, Mulheres da Periferia”, de modo um pouco diferente, mas sem deixar o gênero em perspectiva em segundo plano, destaca a questão racial com primazia em suas produções, ao focalizar nas vivências de mulheres negras periféricas. O veículo também se dedica mais intensamente a produção de grandes reportagens com uma temporalidade distinta dos demais, uma vez que não produz *hard news*.

Todos os portais têm, também, em comum, a fundamental presença no ambiente digital e uso das plataformas em múltiplas frentes. *Webstories*, *tweets*, posts estratégicos no *Instagram*, uso dos *Shorts* do *YouTube* são ferramentas que influenciam na forma como a mensagem jornalística de cada conteúdo será passada. É levado em consideração o potencial de engajamento que cada plataforma e modelo de conteúdo tem, não só para adaptar o conteúdo como também para criar a partir deste potencial. No próximo capítulo será abordado com mais profundidade o uso das plataformas como mola propulsora de assuntos emblemáticos sobre gênero, a partir de entrevista realizada com a Editora de Conteúdo e Estratégias Digitais do Portal Catarinas, Jess Carvalho.

Neste ponto, é importante refletir sobre o ativismo de rede propagado neste jornalismo independente. Segundo Domingues e Miranda (2018), “O ativismo pressupõe o consumo de símbolos capazes de propagar ideias e conceitos, os quais, por sua vez, acabam sendo reprocessados pelo sistema a favor de sua própria reprodução”, (p. 57). Mesmo um movimento social que visa rupturas com estruturas de opressão tem limites, ao passo que é convertido em matéria de consumo para subsistir no meio. É importante olhar quais os recursos do ativismo são utilizados e como são empregados no jornalismo independente para que este possa cumprir seu papel social em favor da democracia. Esta não é uma tarefa simples, como revela as autoras: “Capitalismo e ativismo, juntos e misturados, seguem provocando encontros insólitos e angariando amantes e inimigos”, (Domingues e Miranda, 2018, p. 55.). É inocente pensar num ativismo ‘puro’, sem que haja interesse ou mesmo a necessidade de vender.

Para refletir sobre a atuação de “Catarinas” é necessário compreender a atuação desta aliada aos movimentos sociais e reivindicações de minorias, principalmente àquelas tocantes às questões de gênero, que afetam as vidas de mulheres brasileiras, sem deixar de lado a crítica sobre os modos de uso das estratégias de marketing ativista. Segundo Carneiro (2019, p. 283), “[...] tratar a comunicação com um nexo de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhes uma representação positiva, bem como a visibilidade do processo de mobilização e de lutas.”

Ao identificar “Catarinas” como um portal de destaque quando se trata de conteúdos sobre gênero, é importante localizar o veículo no tempo, no espaço e principalmente no campo político ao qual está vinculado. Ao compreendê-lo como um veículo independente - dentro do que se pode a imprensa dizer-se independente no Brasil - e associado a movimentos sociais de luta e enfrentamento ao patriarcado e diversas opressões do capitalismo; interessa a esta pesquisa compreender os movimentos editoriais, o (ciber)ativismo e devidas reflexões nos frutos jornalísticos.

2.2 Jornalismo feminista e independente: perfil editorial de “Catarinas”

Ana Carolina Escosteguy, ao discutir a relação entre comunicação e gênero no Brasil, destaca três zonas prioritárias para as quais voltam-se as principais preocupações do relacionamento entre comunicação e estudos de gênero, caras a este trabalho, que são: “a imagem das mulheres na mídia”, “recepção/consumo por mulheres enquanto audiência” e “a participação das mulheres na mídia como produtoras, jornalistas, etc.” (ESCOSTEGUY,

2020, p. 109).

O primeiro e o último ponto destacado pela autora auxiliam a compreender o que se pretende neste trabalho, sobre como se dá a produção e inserção de pautas que dizem respeito às mulheres, produzidas por mulheres, e voltadas principalmente para alcance de mulheres.

É necessário ressaltar, a princípio, o caráter hiper localizado em que se dá o portal. “Catarinas” é um portal noticioso produzido por mulheres de/sobre Santa Catarina, referenciado na cidade de Florianópolis. As características demográficas, étnicos raciais e demográficas destes territórios são aspectos fundamentais para a contextualização e compreensão de como se configura o jornalismo produzido.

Criado em 2016⁸, o veículo de comunicação “Catarinas” apresentava-se, até 2021, como um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos. A defesa de sua linha editorial feminista e em defesa dos direitos humanos das mulheres estava fundamentada nos índices de violência doméstica e tentativas de estupro do estado de Santa Catarina, no sul do do país. (Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2018.)

O portal compreendia a **perspectiva de gênero** como um olhar analítico transversal, de modo que todos os assuntos podem partir dessa chave de compreensão do mundo. Segundo o documento disponibilizado até 2021 no portal, dizia-se “A partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres, a cobertura jornalística demanda enquadramentos específicos às pautas tratadas”

Em 2022 o portal assumiu uma nova ‘roupagem’. Adquiriu nova identidade visual, marcada por aspectos que podem ser relacionados ao design ativista,⁹ como o uso das cores púrpura e verde neóns. A logomarca com nome do portal, antes desenhada sob tipografia cursiva e um símbolo de coração na letra “i” ganhou nova forma com letras maiúsculas dentro de fomas de caixas de texto sobrepostas, sobre os quais é possível inferir a ideia de diálogo e trocas discursivas. A leve inclinação da logomarca infere a ideia de movimento e não só o portal, como todas as plataformas digitais habitadas por “Catarinas” passaram pela

⁸ Ver mais em: < <https://catarinas.info/nossa-historia/> > Acesso em: 20 ago. 2023.

⁹ O Design Ativista é um grupo colaborativo composto por designers e artistas digitais de várias partes do Brasil. Ele teve origem como uma resposta sociopolítica à situação do país em 2018, um ano marcado por eleições presidenciais e pela disseminação significativa de notícias falsas. Esse movimento ideológico surgiu como uma maneira de aproveitar as habilidades em design gráfico e produtos digitais presentes em designers de todo o país. Seu objetivo principal é conscientizar politicamente o público que utilizava e ainda utiliza as redes sociais como principal meio de se informar. Uma das características marcantes do coletivo é a escolha por cores marcantes, planos limpos e caligrafia sem serifa, que objetivam gerar impacto visual e clareza na mensagem que se pretende transmitir. Ver mais em: Design Ativista: Um olhar da história da arte. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/11600/66703>. Acesso em: 22 ago. 2023.

reformulação visual, que abrange a tipografia geral no corpo dos textos, títulos, subtítulos e destaques.

As colagens são outra ferramenta que merece destaque, uma vez que são utilizadas em *banners*, carrosséis, *storys* e diversos conteúdos especiais, fazendo a intersecção entre fotografias, gráficos e ilustrações que contribuem com a produção dos sentidos nos receptores, além de servirem às estratégias de ocupação *online*.

Além das visualidades atualizadas, a linguagem utilizada e defesa da mesma é um ponto de mudança observável em “Catarinas” a partir de 2022. O portal realiza uma importante virada editorial, explicitada na aba “Linha Editorial¹⁰”, estando o arquivo disponível integralmente no “Anexo A” deste trabalho. Intitulado “O jornalismo que está ao seu lado nas trincheiras”, o texto apresenta a organização de atuação feminista, credora no impacto do jornalismo em promover mudanças socioculturais, e afirmam seu compromisso político com uma perspectiva antirracista, transafirmativa, anticapacitista e anticapitalista. “Reportamos e interpretamos os fatos de maneira crítica, por meio da lente do feminismo interseccional que reconhece o entrecruzamento das camadas de opressão que estruturam as dinâmicas de poder na sociedade: raça, classe social, gênero, sexualidade e etnia.” (Linha Editorial de Catarinas, 2023)

O portal afirma de forma categórica seu alinhamento às pautas de grupos minorizados e movimentos políticos que buscam o rompimento com as lógicas hegemônicas, integrando-se a um emaranhado de lutas e estabelecendo alianças com diferentes sujeitos destes grupos. De todas as frentes de atuação descritas na linha editorial, o posicionamento transafirmativo e adoção da linguagem inclusiva ganha destaque, ao repercutir com frequência em compartilhamentos e fonte de discussões em comentários nas redes sociais, os quais retomaremos à frente.

“Catarinas” também se posiciona como um veículo que, mais do que apontar respostas, valoriza as perguntas e os questionamentos acerca da realidade. Sobre isso, tomam como base a “pedagogia da pergunta” de Paulo Freire, para ampararem sua busca por um jornalismo que dialoga. “Nos importa enquanto jornalistas compreender esses tempos, questioná-los, reportá-los, registrar a memória dos modos de vida que resistem e produzem fissuras nas dinâmicas de exploração e apropriação dos corpos e territórios, denunciar as injustiças, combater a cultura da violência, e lutar pela garantia de direitos para uma

¹⁰ Linha Editorial - Catarinas. Ver mais em: <https://catarinas.info/linha-editorial/>. Acesso em 20 ago. 2023.

sociedade mais justa e equânime, em que todas, todes e todos possamos viver livres de discriminações, regimes autoritários e de ódio.” (Linha Editorial de Catarinas, 2023)

Quanto à formação da equipe, Catarinas conta com Paula Guimarães, jornalista, diretora executiva e uma das fundadoras do “Catarinas”, atua diretamente com edição e é a principal porta-voz do veículo em eventos, representações e diálogos com terceiros. Inara Fonseca é jornalista, pesquisadora e coordenadora de projetos, que atualmente também realiza a gestão administrativa do veículo. Jess Carvalho é jornalista, editora de conteúdo e estratégias digitais, e a colaboradora entrevistada durante a produção desta pesquisa. Daniela Valenga é jornalista, atua no *Jornal da Manhã* e integra a equipe como repórter e desenvolvedora dos *Web stories* do site, dado sua afinidade com a comunicação multiplataforma. Fernanda Pessoa também é jornalista, repórter responsável pelas coberturas locais (Florianópolis) e pelo desenvolvimento de reportagens especiais, de maior profundidade. Kelly Ribeiro é jornalista, repórter correspondente do Catarinas no Rio de Janeiro, assistente de roteiro e também atua na gestão de redes sociais, focada nos podcasts de “Catarinas”. Rafaela Ceolho é designer gráfica no portal, enquanto a jornalista Morgani Guzzo atua em grupos de trabalhos especiais e atravessa os diálogos com projetos e movimentos sociais. Atualmente, o veículo conta também com a participação de um colaborador em condição de estágio obrigatório (não-remunerado) chamado Joá Bittencourt, uma pessoa não-binária. Estas informações podem se diferir das que constam no site, uma vez que foi atualizado antes da entrevista realizada com Jess Carvalho.

Catarinas possui ainda um conselho editorial formado por mulheres de diversos campos de atuação, com papel consultivo e estratégico nas produções, sendo, também, parte constituinte da identidade do veículo.

Quanto à estruturação do menu do portal noticioso, destaca-se a emblemática frase “Jornalismo independente, feminista e antirracista” seguido pela divisão visual em rês grandes abas, que se diferenciam quanto à tipologia dos conteúdos veiculados. A primeira, dividi-se em: “notícias, especiais, *webstories*, entrevista, podcast e opinião (em opinião, enquadram-se artigos, editoriais e colunas). Na segunda categoria estão alocados os principais temas trazidos no portal: “feminismos, política, corpo, violência, território, movimentos sociais, cultura e América Latina”. A última categoria engloba as principais informações sobre a postura editorial do portal. Em “As Catarinas” constam a identificação das colaboradoras; em “Linha Editorial” (Anexo A), o documento que demarca o posicionamento do portal no campo político; já em “Nossa História”, está a descrição de histórica da geração do portal em 8 Março de 2016; a quarta aba desta categoria relaciona as

formas de “Contato” com o veículo e a última desta seção, intitulada “Apoie” indica os modos pelos quais é possível participar e colaborar com o financiamento coletivo.

Capítulo 3. Perspectivas editoriais e abordagens de “Catarinas”

Ao passo que neste ponto da pesquisa já há uma compreensão sobre o conceito de jornalismo independente, bem como sobre a forma que “Catarinas” se apresenta neste cenário de convergência digital, o capítulo que segue propõe-se a apresentar a análise comparativa entre conteúdos publicados no portal e os resultados obtidos em entrevista com a editora de conteúdo e estrategista digital, Jess Carvalho.

Por meio de técnicas de pesquisa em comunicação, foi possível compreender a postura editorial adotada por “Catarinas” e como este modelo reverbera em suas produções.

3.1 Procedimentos metodológicos

Quanto à metodologia, o trabalho configura-se como um estudo de caso (MATSUUCHI DUARTE, 2011) dada a multiplicidade de dados observados e a detalhação que o fenômeno permite avaliar. Ao buscar as congruências possíveis entre a postura editorial de um veículo de comunicação e como se dá a inserção e abordagem de temas específicos em suas produções, há um vasto material para o qual se debruçar, de modo que o estudo de caso (MATSUUCHI DUARTE, 2011). Para executá-lo foi realizada: 2) a análise de conteúdo das reportagens relacionadas ao tema “violência de gênero”, que foram publicadas no portal Catarinas (e uma em colaboração como portal Intercept Brasil); b) e a entrevista em profundidade (DUARTE, 2011) com a editora de conteúdo e estratégias digitais Jess Carvalho, colaboradora do portal. Compreende-se estas como possibilidades para o devido aprofundamento nas questões de pesquisa, sendo assim possível a devida aproximação dos objetos e da equipe editorial do portal “Catarinas”.

Através do estudo de caso é possível realizar um levantamento e análise de dados e informações contidas nas produções disponibilizadas por “Catarinas” em seus ambientes digitais - site e *Instragam*. Com a leitura, visualização e análise de matérias, postagens, *tweets* e vídeos é possível compreender o modo singular do fazer jornalístico, já que esta metodologia é adequada para responder a questões em que o “como” (modo), e o “por que” (condição) se dá esses conteúdos. A temporalidade em que o objeto desta pesquisa está (contemporâneo) também propicia o uso do estudo de caso como ferramenta analítica, assim como há o potencial de elencar múltiplas evidências. (MATSUUCHI DUARTE, 2011, p. 219). Para tanto, serão analisados conteúdos diversificados veiculados nos ambientes digitais de Catarinas, relacionados a situações de violência de gênero, principalmente aquelas tocantes à violência sexual sofrida por mulheres e meninas no Brasil e seus desdobramentos.

Para refletir sobre a postura editorial e o modo que esta se reflete nas produções sobre violência de gênero no referido portal, foi realizada entrevista segundo a metodologia de “entrevistas em profundidade” (DUARTE, 2011), com Jess Carvalho, colaboradora do portal de modo que foi possível conhecer os processos mais subjetivos que constituem a produção jornalística. A entrevista foi realizada no dia 30 de maio de 2023, às 18h (Horário de Brasília), no formato *online* via plataforma *Google Meet*.

“Nesse percurso de descoberta, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.” (DUARTE, 2011, p. 63.)

Por meio da entrevista em profundidade foi possível alcançar respostas com maior nível de intensidade que fornecem “elementos importantes para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (DUARTE, 2011, p. 63). Lançando mão do mesmo autor, é possível afirmar o objetivo sobre o qual esta pesquisa se debruça, ao buscar compreender o modo como se dá a cobertura jornalística sobre violência de gênero a partir da linha editorial de “Catarinas”.

Por ser uma metodologia dinâmica e flexível, a entrevista em profundidade possibilitou o entendimento de processos mais complexos e das circunstâncias que produzem os conteúdos como eles se apresentam. Quanto à tipologia, a entrevista configura-se como qualitativa, composta por 7 (sete) questões semi-estruturadas, em entrevista semi-aberta, seguindo o modelo de roteiro e abordagem em profundidade para aquisição de respostas indeterminadas (Apêndice A). A decupagem da entrevista completa está incorporado ao Apêndice C deste trabalho.

3.2 Postura editorial, na prática

Ao refletir sobre a postura editorial de “Catarinas” no que tange à cobertura sobre violência de gênero, é possível observar que o portal utiliza de recursos diversos para abordar o tema e assim alcançar públicos específicos ou maior profundidade ao tema tratado. A violência cometida contra os direitos sexuais e reprodutivos é um tema caro ao portal, que trata a temática do aborto com certa frequência e, pauta, muitas vezes, discussões nos ambientes digitais.

Neste sentido, interessa, por um lado, compreender os movimentos feitos pela equipe

editorial para que a produção de conteúdo esteja segundo o ativismo editorial e o ciberativismo por elas defendido; e, por outro, observar se os conteúdos veiculados de fato cumprem com as prerrogativas descritas na linha editorial.

Para tanto, foram selecionadas reportagens de grande repercussão no portal, partindo de uma breve análise de sua composição seguida da aplicação dos elementos descritos em entrevista. Os critérios selecionados para seleção dos conteúdos consideram a natureza da violência ocorrida, sendo a violência sexual o principal ponto de interesse nas observações. Outro critério avaliado diz respeito ao discurso emprego no conteúdo veiculado, observando a emergência do uso da linguagem neutra e a adoção deste posicionamento por parte da equipe editorial de “Catarinas”. Por fim, as próprias estratégias de engajamento destes conteúdos relacionados à violência, valendo-se dos mais repercutidos e observando o movimento das emissoras e receptores.

O primeiro objeto a ser observado é a reportagem especial intitulada “*‘Suportaria ficar mais um pouquinho?’ Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal*”, que foi desenvolvido de modo colaborativo com o também veículo de jornalismo independente “Intercept BR”. Assinada por Paula Guimarães, Bruna de Lara e Tatiana Dias, a reportagem publicada em junho de 2022, revela um caso de violação aos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, e aos Direitos Sexuais e Reprodutivos de uma menina, por parte do judiciário catarinense. Além da reportagem principal, serão elencados os conteúdos desdobrados no site de “Catarinas” e nas redes sociais, prezando pela descrição e análise dos mecanismos utilizados para disseminação do conteúdo.

O primeiro elemento de destaque é a ilustração de capa da reportagem, com o esboço de uma boneca de pano sem feições, com um dos braços despregado do corpo e várias costuras grosseiras na boca, testa, pescoço e região abdominal. Com grande impacto visual, a ilustração antecipa a interpretação do assunto sobre violência que será tratado na extensa reportagem que segue, ao acionar elementos do universo infantil desconfigurados. A mesma ilustração é utilizada em diversos conteúdos de desdobramento da reportagem, divulgados posteriormente no site e *Instagram* de “Catarinas”.

Figura 1 - Boneca com corpo desfigurado



Fonte: Intercept Brasil / Ilustração de Amanda Miranda

Ao longo da reportagem, o portal mantém a premissa jornalística e a ética de manter íntegra e sob sigilo a identidade da vítima, e vai além. Na construção da narrativa, usa diversos recursos para deixar em evidência a fragilidade da menina que, na época, era uma criança prestes a completar 11 anos. Palavras como “menina” e “criança” aparecem repetidas vezes, e as jornalistas também nomeiam os crimes cometidos devidamente. Destaca-se um trecho da reportagem que aponta de maneira categórica a gravidade do assunto sem uso de sensacionalismos. “Independentemente de consentimento ou violência, a situação vivida pela menina configura estupro de vulnerável, crime previsto no artigo 217 do Código Penal, já que uma criança não tem desenvolvimento suficiente para verdadeiramente consentir com um ato sexual.”

Em entrevista a esta pesquisa, a editora Jess Carvalho explica que a equipe editorial buscou a parceria com o Intercept BR dado o alcance deste último, a importância de que o caso ganhasse repercussão e o valor simbólico agregado à parceria com um veículo de destaque. “Por conta desse caso que a gente cobriu juntos fomos convidados para falar em tribunais internacionais, então é um caso bastante significativo. Sem dúvida convidar o Intercept para fazer essa parceria com a gente foi uma estratégia no sentido de exponencializar essa reportagem sabendo que a gente tinha um alcance limitado e que era um caso que merecia chamar muita atenção.”

Tendo isso em vista, é possível observar a aplicação do combate à violência de gênero defendida na linha editorial da equipe, tanto na construção do texto jornalístico quanto nos meios de distribuição, visando a democratização do acesso à informação de grande relevância política. No *Instagram*, as postagens relativas a este caso foram publicadas em modo

colaborativo entre os dois portais, de maneira que os seguidores de ambas páginas recebiam os conteúdos desdobrados a partir da matéria. A ilustração tornou-se um importante referencial imagético do assunto, utilizado nos *posts* como marca do “caso da menina de SC”.

Figura 2 - Postagem desdobramento 1



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

Figura 3 - Postagem desdobramento 2



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

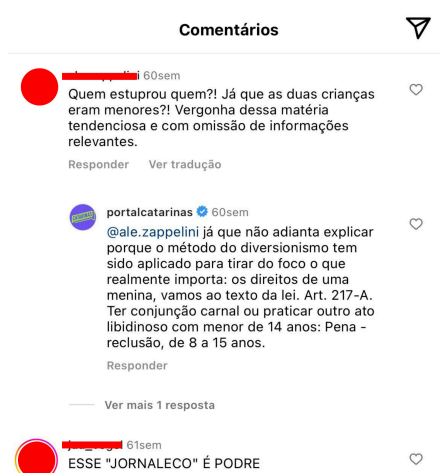
Figura 4 - Postagem desdobramento 3



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

Outro aspecto interessante de ser observado neste objeto é a repercussão através dos comentários nas publicações em resposta à matéria. A reportagem de tema sensível, principalmente à parcela conservadora da população, gerou incômodo e debates fervorosos acerca da legitimidade das informações e construção narrativa por parte de “Catarinas” e “Intercept”. Questões de ordem simbólica foram trazidas ao cenário pelo público, colocando em questionamento não só a perspectiva prática (negação de um direito a uma criança/menina) como vieses de ordem religiosa, moral e partidária.

Figura 5 - Interação através de comentários 1



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

Figura 6 - Interação através de comentários 2



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

Figura 7 - Interação através de comentários 3



Fonte: Instagram Catarinas/Reprodução

Como explicou Jess Carvalho sobre a conduta assumida pelo portal em casos de comentários contrários ao uso da linguagem inclusiva e/ou neutra; neste fato da “menina de SC” a equipe respondeu a comentários pontuais, reforçando o posicionamento e conduta do veículo quanto ao assunto, sem censurar opiniões contrárias e assim, permitindo que múltiplos atores participassem da comunicação proposta, ainda que contrário à linha editorial.

“[...] a gente não tem capacidade institucional mesmo, pensando em grana, em gente, para ficar ali no 24 por 7, que é o que eu penso que seria o mais correto para não deixar passar mesmo. Não fazer desse um palanque para esse tipo de discurso criminoso. Então, o que a gente faz é, quando a gente está na ativa, a gente apaga os comentários criminosos, os que a gente consegue fazer isso, e faz ali um ou dois posicionamentos em resposta a comentários que ainda estão abertos ao diálogo, que ainda se propõem. Mas se tem esse tom criminoso, assim, a gente já tira logo de cara, não fica ali discutindo minúcias não.”

Por fim, destaca-se o uso das estratégias digitais para desdobramento de conteúdos visando alcance e engajamento de diferentes públicos. A exemplo dessa ferramenta está o conteúdo de caráter informativo, apresentando dados sobre estupro de vulnerável no Brasil. A publicação¹¹ feita em formato carrossel no *Instagram* em 21 de julho de 2022 aconteceu no momento de transição da identidade visual do portal, em que é possível observar alguns aspectos do design ativista apesar da logomarca ainda não ter sido atualizadas. Em um fundo escuro e palavras em fonte negritada e sem serifa, o carrossel apresenta estatísticas de forma simplificada e impactante.

A divulgação segmentada no formato de carrossel (várias fotos em sequência, como no formato de um álbum) é uma estratégia favorável à compreensão do público, ao passo que elenca informações simples e objetivas em forma sequenciada, sendo que entre uma e outra há o ‘respiro’ da transição. Outro fato de destaque deste uso é a possibilidade de compartilhar apenas o fragmento de maior interesse do público, o que aumenta a interatividade.

Em concordância com o afirma Jess Carvalho a esta pesquisa, esse olhar do marketing para o jornalismo é eficaz na produção de conteúdos de valor simbólico e alcance de diversos públicos.

¹¹ Ver em: < https://www.instagram.com/p/CgSh_quLSNK/?igshid=MWZjMTM2ODFkZg > Acesso em: 23 ago. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras, análises e diálogos realizados ao longo deste trabalho; bem como da concatenação das informações obtidas, chama a atenção o potencial das estratégias digitais para divulgação dos conteúdos jornalísticos feitos por “Catarinas”. As respostas obtidas em entrevista quanto à postura editorial da equipe, em muito, se relaciona com a forma de produção e inserção das pautas no veículo.

Outro aspecto relevante é que há um movimento de tentativa de ruptura com a lógica capitalista, mas que não é possível afirmar efetivar-se de maneira completa justamente pelo uso das estratégias de engajamento que provêm da mesma lógica de consumo. Neste sentido, o ciberativismo proposto por Catarinas desempenha um papel importante no cenário do jornalismo independente no Brasil, sendo indicadas inclusive para importantes premiações do Jornalismo Latino Americano.

Apesar disso, é importante ter em vista que há limites entre o que se busca e o que se consegue realizar, no tocante às pautas defendidas pelo portal. Não foi possível, até o momento, aprofundar adequadamente nos usos da linguagem por “Catarinas”, tema este que cabe desdobramentos importantes em uma futura pesquisa.

O jornalismo independente com perspectiva de gênero tem lugar essencial no ambiente editorial no Brasil, visto que a desigualdade e a violência de gênero seguem ceifando a existência de nós, mulheres. Democratizar informações de relevância à proteção de mulheres e denunciar negligências do Estado é um braço forte na luta pela emancipação das mulheres e desmantelamento das estruturas patriarcais.

REFERÊNCIAS:

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 293-313.

BRASIL. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 2006.

CARNEIRO, Cristine Gerk Pinto. Identidade jornalística e mediação midiática no século XXI. Trabalho apresentado durante o IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/disserta_ccarneiro_2016.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. Geledés. 2000. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271- 289.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Jéssica Gustafson. Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário ilustrado. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Disponível em Minha UFOP – Biblioteca Digital – Minha Biblioteca)

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 62-83.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação**. Revista ECO-Pós, p.103 –138, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643/pdf

FISCHER, Mark. Supernanny marxista. In: FISCHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 121-133.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022. Disponível em: <[violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf)
(forumseguranca.org.br)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª edição, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4ª edição, 2023. Disponível em: [visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/relatorio-visivel-e-invisivel-4ed-2023-v3.pdf)
(forumseguranca.org.br)

GÊNERO E NÚMERO E ABRAJI. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT. Relatório Nacional. 2020. Disponível em: <<https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOSCH, Raísa Moreira. O conceito de jornalismo independente no contexto dos nativos digitais brasileiros. Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/223837/TCC.pdf_Raísa%20Gosch.pdf?sequence=1&isAllowed=y

GUIMARÃES, Paula. DE LARA, Bruna. DIAS, Tatiana. Suportaria ficar mais um pouquinho? Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal. **Intercept_Brasil**. 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/https://www.intercept.> Acesso em 20. ago. 2023.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MATSUUCHI DUARTE, Marcia Yukiko. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 215-235.

SAAD, Elizabeth; GIACOMASSI, Fernanda. Inovações no Jornalismo para além das tecnologias digitais. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero ANO XXI - No 41 JAN. / JUN. 2018. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/920/971>>.

SANTOS, João Vitor. Num estado de crises em tempos pandêmicos, mulheres são as principais vítimas. Entrevista especial com Flávia Biroli. Instituto Humanitas Unisinos. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/608980-num-estado-de-criises-em-temp>

os-pandemicos-mulheres-sao-as-principais-vitimas-entrevista-especial-com-fla-via-biroli>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SCARDOELLI, Anderson. Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro. Comunique-se, 2019. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Independently published, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://perfildojornalista.ufsc.br/&sa=D&source=docs&ust=1654868384198798&usg=AOvVaw05Ldzfgo51dOGd0UhyIgPJ>> Acesso em: 10 jun. 2022.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Fonte: Jess Carvalho | Editora de Conteúdo e Estratégias Digitais do Portal Catarinas

Entrevista realizada no dia 30 de Maio de 2023, às 18h (Horário de Brasília), formato online via plataforma *Google Meet*

Tipologia de entrevista: Pesquisa qualitativas, questões semi-estruturadas, entrevista semi-aberta, modelo de roteiro, abordagem em profundidade de respostas indeterminadas.

- 1) Dados da fonte: Nome, idade, formação, cargo, tempo de colaboração no portal, descrição das atividades que realiza
- 2) Como o Portal Catarinas é estruturado atualmente? Quantos/as colaboradores, qual o perfil da equipe (mulheres, homens, brancas, pretas, LGBTQIA+, indígenas, idades)
- 3) Como são as rotinas produtivas?
 - Como se dá a definição das pautas que vão entrar no ar?
 - Como é a seleção dos conteúdos para os diferentes ambientes digitais em que vocês estão inseridas hoje?
 - Quais os critérios de relevância utilizados na seleção dos acontecimentos?
 - Vocês têm reuniões frequentes? Como acontecem, quem participa, como é a tomada de decisões?
 - Vocês tem um conselho ativo? Qual o papel que ele desempenha e qual a influência nas produções?
- 4) Mudanças editoriais
 - O Catarinas passou por uma importante e significativa mudança na sua postura editorial em 2022. Quando exatamente essa mudança ocorreu? Qual foi a força motriz para essa virada? O que está diferente agora?
 - Como vocês lidam com o fazer jornalístico durante a pandemia (demissões, adaptações nas coberturas, etc)
 -
- Sobre demissões na pandemia: Catarinas diminuiu o corpo editorial, tinha uma antropóloga que não tem mais (?). A mudança na linha editorial tem relação com as mudanças na equipe?
- 5) Perspectivas:

- O Catarinas tem se destacado na cobertura e no front de grandes reportagens investigativas (como o caso da menina de 12 anos que teve o acesso ao aborto legal negado no Piauí). Parcerias com outros grandes veículos jornalísticos e certo protagonismo no cenário do Jornalismo Feminista. A que se deve esse momento do Portal? Quais são as expectativas no futuro próximo? Existem novos projetos e demandas do Catarinas?

6) Feminismo Transativista

- Essa foi, talvez, uma das maiores mudanças percebidas no portal desde que o acompanho nesta pesquisa. O posicionamento do Catarinas em favor de um jornalismo transativista (antes dizia-se em defesa dos direitos de mulheres e meninas) tem reverberado em muitas críticas, inclusive algumas polêmicas com feministas de outras correntes. Como vocês enxergam essa resposta de parte do público? O que sustenta o Catarinas hoje, em defender esta corrente do Feminismo Transativista

7) Identidade Visual

- O Porta Catarinas passou também por uma completa repaginada na Identidade Visual. O que o design atual quer transmitir, e no que se diferencia da antiga visualidade que propunha?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM JESS CARVALHO

1. Qual é o seu nome, sua idade, sua formação, e em que área você trabalha no Catarinas, qual é o papel que você desempenha?

R. Eu sou a Jess Carvalho, tenho 31 anos, resido em Curitiba, acho que é uma informação interessante aí para você, né, a maioria do pessoal está em Floripa, mas temos algumas pessoas aí pelo Brasil, e eu sou uma delas. Eu atuo como editora e estrategista digital no Catarinas. Conforme eu for te contando, você vai entender que a nossa redação é bastante enxuta, então a gente acaba absorvendo várias tarefas, e então eu fico nessas duas frentes. Eu entrei para o Catarinas oficialmente no ano passado [2022], antes disso eu já fazia algumas reportagens especiais e etc., mas já entrei nesse processo de reformulação editorial. Então, eu fui uma das pessoas que compôs esse grupo de trabalho. Na verdade fomos eu, a Paula, que é a nossa diretora executiva, e o Lin, que foi quem executou a parte mais técnica, né, do design, desenvolvimento web, etc. Acho que é isso, faltou alguma coisa?

2. Não, pode aproveitar esse momento para me contar um pouco mais das atividades que você desempenha, um pouco mais sobre o seu cargo, digamos assim.

R. Tá. Eu acabei não falando da minha formação, mas vem a calhar, porque eu sou jornalista, me formei lá em 2012, já são 11 anos, e nesse meio tempo fiz algumas coisas, uma especialização em comunicação digital e re-branding, que é uma área que abraça alguns eixos do marketing, principalmente do marketing digital, e hoje sou mestrande em jornalismo, na fase de conclusão. Como eu fiz essa especialização e as minhas experiências anteriores acabaram convergindo com ela, eu tenho essa experiência que dialoga muito entre jornalismo e marketing digital, tenho algum conhecimento sobre publicidade, essas áreas todas, que a gente acaba tendo que ter dentro de um jornal para pensar em divulgação e demais frentes. O Catarinas nunca teve essa figura, então eu vim como uma aposta nesse sentido e eu também fico com edição. A pessoa que faz edição principalmente é a Paula. Eu divido essa função com ela, mas ela absorve a maioria das tarefas, e eu faço essa parte do branding e estratégia digital do Catarinas nesse outro tempo que eu teria. Então, quando a Paula não está, como viajando em algum evento ou de férias, eu fico totalmente focada na edição, esse é o meu único papel. Mas, quando a Paula está presente, a gente consegue se dividir bem para que eu possa pensar em outras questões que vão mais ao encontro do marketing, essa frente na organização. Na prática, o que isso significa? O Catarinas passou por uma reformulação total, isso inclui de estratégia digital, de redes sociais, posicionamento, enfim. Eu fiz essa frente, fiz essa elaboração e faço um acompanhamento disso. Então, observo o movimento de mercado e o que está dentro das nossas capacidades e possibilidades organizacionais para a gente conseguir aplicar e trazer isso para a nossa realidade. Elaboro campanhas como, por exemplo, campanha de apoio, outras campanhas com cunho mais publicitário como as de divulgação do Catarinas. Participei muito ativamente dessa reformulação, tanto na frente editorial quanto de marca mesmo, pensando o posicionamento de marca. E edição, que você conhece bem as tarefas de edição. Então, o acompanhamento da redação, essa organização, a gente faz uma

reunião de pauta na segunda, e eu vou ajudando a fazer esses direcionamentos. Eu tenho uma preferência por trabalhar com temas LGBT, eu sou pesquisadora dessa área, então, mesmo quando a pauta acaba absorvendo bastante esse tema, vou trazendo esses direcionamentos, a gente trabalha muito em diálogo no dia a dia. Então, acho que seria isso.

3. Só para título de registro, você se formou aonde? Você está fazendo seu mestrado em quê agora?

R. Eu me formei na Universidade Positivo, aqui em Curitiba. Eu fiz uma pós, uma especialização na PUC, Paraná, e agora eu sou mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que é aqui no Paraná também, em jornalismo. É a única instituição do Paraná que tem esse curso.

4. Ótimo. Você já começou, inclusive, a me explicar um pouco. Você me desculpa se em algum momento eu parecer repetitiva, mas é para que eu consiga ser o mais fiel possível ao roteiro que foi revisado pela minha orientadora. Isso também são informações que a gente tem no site e que eu encontro no Instagram, mas um dos objetivos, inclusive, do trabalho, é fazer essa análise do que está disponível e bater com tudo aquilo que vocês vão me conceder em entrevista. E como que o Catarinas é estruturado? Em equipe? Formação de equipe? Quantas pessoas? E o perfil também dessas pessoas? O que vocês priorizam de ter no corpo editorial e de produção de vocês?

R. Temos Inara Fonseca. Inara é uma pessoa, ela é jornalista também, pesquisadora, e acabou assumindo uma frente de projetos no Catarinas, e hoje absorve também o administrativo. Ela é uma das pessoas que compõem a gestão. Hoje a gestão do Catarinas é composta por Paula e Inara. Eu estou num cargo de transição. O que mais que eu posso te dizer? Inara é pesquisadora, apesar de ter sido formada em jornalismo, ela acabou se enamorando muito nessa linguagem mais acadêmica, e isso acabou convergindo com os projetos dentro do Catarinas, que é a nossa maior fonte de financiamento. Ela fica nessa frente, tem esse cunho mais administrativo. Paula é jornalista também, ela é diretora executiva do Catarinas, faz parte da gestão. Quando eu digo que faz parte da gestão, é porque há uma diferenciação entre a nossa gestão do dia a dia e a gestão da Associação Catarinas. A Catarinas é uma organização sem fins lucrativos, e tem uma gestão eleita. Elas fazem esse papel na associação, que é um papel legal, e também tem esses papéis dentro do Catarinas, de uma ordem mais prática. Paula é uma pessoa que... Ela é majoritariamente a pessoa do jornalismo. Ela vai fazer esse papel de editora principalmente. Mas a Paula é uma das fundadoras do Catarinas, então ela acaba sendo a pessoa que também fala pelo Catarinas, uma porta-voz que participa de eventos. Ela se divide em funções múltiplas, em diálogo com parceiros. É uma pessoa bastante multifuncional dentro da organização também. Temos Daniela Valenga. A Daniela é uma pessoa que trabalha no Jornal da Manhã, na primeira agência do Jornal da Manhã. A gente tem como se fossem duas categorias, de jornalistas e funcionários na organização. Então temos plenas e sênior. Dani é uma jornalista plena. Ela é recém formada, pela UEPG, e ela também é uma pessoa que tem bastante domínio de uma comunicação multiplataforma. Ela transita timidamente, mas transita pelo marketing digital também. Então

ela é a pessoa que vai fazer reportagem, mas que também vai ficar nessa frente de redes sociais no dia a dia. Às vezes a gente tem feito um formato novo, que são as Web Stories do Google. Ela faz bastante esse trabalho, especialmente. A Fernanda Pessoa, nessa ordem de cargos, é uma repórter sênior. Então ela fica com as reportagens mais especiais, mais longas e demoradas. Ela está no território, ela está lá em Floripa, então ela também vai bastante a campo e essa é exclusivamente a tarefa dela e da Kelly Ribeiro que está no Rio de Janeiro, que também é jornalista e faz um trabalho parecido com o da Dani; (com a exceção de que a Dani fica mais com as Web Stories e Kelly fica com podcasts, outros produtos digitais que a gente desenvolve, mas também faz essa dobradinha entre reportagem e esses outros formatos narrativos). Aí temos Rafaela Coelho, que é nossa designer e Joá Bittencourt, que nesse momento está estagiária. É um estágio obrigatório, não remunerado. Geralmente não temos estágios no Catarinas, mas foi uma solicitação que a gente achou que o perfil batia e acolheu. Joá é uma pessoa não binária e está em Santa Catarina também, mas em Itajaí. Deixa eu ver quem mais... E Morgani Guzzo, que faz parte do Catarinas de uma maneira um pouco mais restrita. A gente tem alguns projetos em diálogo com organizações feministas e ela está muito nessa frente. Então ela compõe, por exemplo, um grupo de trabalho que a gente tem, que é o Fundo Elas... E aí é isso, ela fica com projetos específicos. Ela não está no dia a dia da redação; acho que seria isso, são essas nove pessoas contando comigo.

5. Perfeito. Atualmente tem jornalistas freelancers? Vocês contratam para outros tipos de produção? Ou não? Essa é a equipe de redação e de formação completa?

R. Eventualmente a gente convida freelancers, então depende muito do projeto que a gente está tocando no momento. Se a gente tem um projeto, por exemplo, uma pessoa que reformulou todo o nosso site, nossa identidade visual, não é uma pessoa que está na redação. Pode ser que a gente faça uma reportagem sobre as mães de Blumenau e a gente precise contratar uma freelancer que está no território. Então vai depender muito do caso a caso, sabe?

6. Perfeito. Eu queria agora partir um pouco para essas rotinas produtivas. Você me falou que tem reunião de pauta na segunda, mas o que você puder me contar de como que se dá essas rotinas. Um dos assuntos que eu mais abordo neste trabalho é acerca da inserção de pautas, sobre como que se dá essa escolha, do que entra, do que não entra. Dos critérios que vocês utilizam para definir o que vai ser veiculado, o que não vai; o que vai ser produzido e o que não vai. Então, com relação a essas rotinas, como que se dá essa seleção das pautas para vocês?

R. A gente faz uma reunião coletiva com todas as pessoas que trabalham no Catarinas na segunda-feira à tarde. É um horário de encontro ali, né? Porque a gente tem turnos diversos, então na segunda é o momento que a gente consegue reunir todo mundo ali no período da tarde. A gente faz uma rodada onde cada uma vai falar seus informes, Quem já trabalhou na reportagem sabe que acaba acumulando muitas fontes, então tem essa rotina... Acaba sendo um ponto de contato em que as pessoas vão procurando repórteres, editoras para trazer pautas

e a gente toma esse momento para falar do que a gente está fazendo, do que chegou de novo para a gente, do que a gente observou no noticiário, o que a gente gostaria de trazer ou algum tipo diferente de abordagem para o Catarinas. E a gente discute muito coletivamente! Então é isso. Óh, a Fernanda disse, por exemplo, “Ah, essa semana uma vereadora aqui de Florianópolis me procurou para relatar tal situação”, e aí a gente vai discutir coletivamente se faz sentido ou não a gente dar essa pauta e com que abordagem, né? Todo mundo é muito bem-vindo a sempre para trazer novas perspectivas e a gente se pauta por aqueles guias que estão na nossa linha editorial, que foi reformulada mais recentemente. Mas ela foi reformulada justamente com a minha entrada... Fazendo essa análise do que a gente fazia na redação, eu senti que a gente precisava dar palavras a isso e demarcar alguns territórios. Então, por exemplo, a gente tem esse posicionamento que é trans afirmativo, trans inclusivo. A gente já tinha esse olhar antes, quando a gente estava discutindo pauta e tal... A gente já tinha esse cuidado, então agora a gente oficializou isso, trazendo para esse texto que é a nossa linha editorial que de alguma forma também é necessário para demarcar em que campo político mesmo a gente se insere, né? Enfim, e assim calibrar as expectativas em que a gente está inserida num lugar de movimento feminista que é muito plural. Então a gente vai falar principalmente das maiorias minorizadas como povos indígenas, mulheres cis e trans, população LGBT. A gente também faz pautas anticapacitistas, e a gente tem esse olhar antcapitalista apesar de entendermos que para funcionar dentro do capitalismo a gente tem que emprestar algumas estruturas ainda e reproduzir uma coisa ou outra. Mas a gente faz uma tentativa mesmo de horizontalizar sempre esse processo e ouvir todo mundo, com suas diversas vivências. A gente tem mulheres negras dentro da relação, tem pessoas LGBT e a gente vai ouvindo sempre as perspectivas dessas pessoas principalmente em pautas que passam por essas populações que essas pessoas representam. Ou a gente vai ouvir o conselho. A gente também tem o conselho no Catarinas que também tem representantes de várias fatias da população, que ouvimos em momentos estratégicos. Então é isso: a reunião de pauta é uma grande conversa coletiva onde cada um tem seu momento de fala, de elaboração e juntos a gente delibera decisões mesmo.

7. Eu vou retomar um pouco para frente para falarmos sobre essa virada editorial e sobre a postura que vocês oficializaram, como você colocou, que era uma coisa que já surgia e que já era base nas reuniões de pauta, que já era esse olhar que vocês tinham, mas que foi necessário para demarcar esse território. Eu vou retomar isso um pouco mais para frente, mas ainda nas rotinas e acho que você, inclusive, é a pessoa para falar disso comigo: Como que se dá a seleção dos conteúdos e de como eles vão ocupar os diferentes ambientes digitais? Pelo menos eu, particularmente, percebi que desde o ano passado, justamente com a virada editorial, que houve uma mudança muito significativa, né? A estratégia mudou completamente e você chegou nesse momento. A forma de ocupar, de falar, de se comunicar nesses ambientes digitais me parece ter mudado muito. Como que é essa estratégia? Como é que vocês pensam isso? O que vai para onde? Como vai ser dito para vocês ocuparem todos esses espaços?

R. Catarinas, historicamente, é composto por mulheres jornalistas, que são jornalistas mesmo, do “Hard News” por vezes, sabe? O que eu fiz foi trazer uma pitada de estratégia digital para

isso, esse olhar de marketing mesmo. Então, a gente entender como posicionar isso nas redes sociais para ter maior alcance, quais são as parcerias que vão ajudar a gente a alavancar alguns conteúdos - que é muito importante para o jornalismo também, para algumas pautas que a gente desenvolve e que têm maior visibilidade. Então, de repente, vamos fazer isso com parceria com o Intercept, com o Universa... Já fizemos parcerias diversas. Mas no dia a dia, na reunião de pauta quando a gente fala de um tema e a gente tem uma ideia de qual vai ser a melhor abordagem, às vezes é um tema complexo e então, vamos fazer uma reportagem mais elaborada. O Catarinas faz muito pouco “Hard News”, a gente realmente faz pautas mais aprofundadas... Então, se é o caso de uma pauta mais aprofundada, a gente vai passar para a Fernanda que é essa pessoa que está na reportagem especial (eventualmente fica comigo ou com a Paula), e aí a gente vai trazer uma grande reportagem lá para o portal, vai divulgar, e aí também depende um pouco do conteúdo. Mas a gente vai fazer carrossel, vai trazer uma divulgação que seja atrativa nas redes sociais também. Se o tema a gente consegue resolver, de maneira mais concisa, né? Porque às vezes é uma coisa mais informativa... Por exemplo, se a gente vai falar de pílulas abortivas, conseguimos fazer isso numa WebStory que é o formato novo que eu te disse, né? Um formato do Google. O Google fez um grande teste, com várias organizações ligadas à Ajor [Associação de Jornalismo Digital] e a gente começou a implementar. Tem sido cada vez mais usado por vários jornais brasileiros esse formato que é um pouco mais conciso e tem esse apelo mais visual que a gente consegue aproveitar bem para as redes sociais, pensando nesses formatos que ganham maior visibilidade nas redes. Então, conteúdos de menor complexidade acabam indo para as webs e aí a gente também vai pensando se esse conteúdo é forte o suficiente para a gente pensar numa parceria, se ele é forte o suficiente para a gente pensar numa série. Já teve casos em que a gente transformou isso num projeto maior... Então, de repente, isso aqui é uma reportagem especial, mas podem ser várias, vamos fazer uma série? Vamos fazer uma cartilha a partir disso? Isso também já aconteceu... Por exemplo, a gente fez um especial no ano passado que chama “Gênero na Escola”. A gente colheu alguns dados que hoje consumam uma cartilha com esse mesmo título. É uma cartilha que vai ajudar professores e professoras a se defenderem dessa ofensiva anti-gênero nas escolas. Então é uma outra possibilidade de material; e existem também outros momentos que a gente pensa só em materiais para as redes sociais mesmo. Vamos repercutir num carrossel de tweets? vamos fazer alguma ação só nas redes? Então, acho que o que eu trouxe foi esse olhar mesmo de o que cabe melhor onde, sabe? Porque no fluxo mais conservador do jornalismo a gente faria a ‘materiazinha’ sobre tudo e às vezes não é o melhor lugar. Às vezes aquilo tem um apelo visual que é diferente, que a gente pode levar para um outro formato e assim por diante.

8. Ótimo! Você falou sobre esse olhar que trouxe também algumas parcerias e prouções em conjunto. Eu destacaria para a qual eu mais olhei nos últimos tempos, que foi uma reportagem especial com o The Intercept e isso coloca o Catarinas num lugar de destaque. Pelo menos entre esses veículos de comunicação feito por mulheres, para mulheres, de jornalismo feminista, tem colocado vocês num lugar de referência e destaque. E sendo uma referência, seja para receber hate ou para receber concordâncias, Ao que você atribui esse momento? Dessas parcerias, de produzir com outros veículos para além da estratégia e como vocês têm visto essa repercussão?

Porque o portal cresceu muito e isso tem trazido certos holofotes para o Catarinas. Ao que vocês têm atribuído esse momento de produzir em conjunto e como que tem sido a responsiva para vocês, agora com uma participação mais efetiva do público nas interações nos diferentes espaços que vocês estão habitando?

R. Olha, olhando para os dados eu diria para você que sim, a parceria com o Intercept foi um impulsionador interessante. Mas eu diria para você que mais num sentido da audiência, pontualmente. Teve um pico naquele momento, mas mais num sentido de capital político mesmo, sabe? Enfim, a gente pensar nesse valor simbólico que tem a gente fazer essa parceria com o Intercept. Por conta desse caso que a gente cobriu juntos fomos convidados para falar em tribunais internacionais, então é um caso bastante significativo. Sem dúvida convidar o Intercept para fazer essa parceria com a gente foi uma estratégia no sentido de exponencializar essa reportagem sabendo que a gente tinha um alcance limitado e que era um caso que merecia chamar muita atenção. Era um caso bastante grande então foi uma aposta nesse sentido. Mas olhando para os dados eu diria para você que o crescimento do Catarinas não se deve a esse fato porque quando a gente observa, por exemplo, os dados de audiência, de acesso do ano passado, a gente percebe que o Catarinas Cresceu mais de 100%, mas que foi um crescimento perene e que o segundo semestre supera o primeiro, por exemplo, que foi quando saiu essa reportagem com o Intercept. Então eu atribuiria ao trabalho de rebranding, a esse olhar mais digital que a gente trouxe para esse novo momento. Quando a gente pensa no perene, naquele pouquinho ali em que cada reportagem, cada post tem uma saída maior do que tinha antes a gente supera esse pico que a gente teve num momento pontual, e isso tem se mostrado crescente ao longo do tempo. A gente não parou mais de crescer desde então, estamos num momento de expansão e visibilidade muito interessante. Como você disse, às vezes com muito hate, mas eu acho que de alguma forma também essa virada editorial é uma maneira de se posicionar sobre esses hates e de se colocar politicamente nesse canto.

9. Sim... Sobre essa virada, você mencionou que goi algo que foi percebido, que era algo que já vinha presente nas discussões internas e estava posta no que vocês já produziam. Que já estava ali cerceando o tempo todo vocês no trabalho, nas coberturas e na própria seleção dos conteúdos, e que isso precisava reverberar. Mas teve algum momento em que vocês se sentaram e falaram, inclusive com a sua chegada “a gente precisa demarcar, a gente precisa redefinir algumas coisas”? Como que foi isso para o corpo editorial? Como que se deu isso entre vocês? Se em algum momento houve alguma ruptura com pessoas que estavam no Catarinas antes e com a virada editorial isso mudou? O que essa virada realmente significou? Como que ela aconteceu?

R. A gente fez um grupo de trabalho Para pensar Toda a reformulação do Catarinas e, como eu te disse, estávamos nesse grupo eu, Paula E Mariana que já não está mais no Catarinas, mas não por conta de nenhuma ruptura, mas porque ela foi convidada a trabalhar na ONU Mulheres e acabou optando por seguir esse caminho. Ela estava em Brasília e então fez muito sentido para a carreira dela. Ela já estava há muitos anos no Catarinas e tudo isso foi acordado nesse grupo e depois levado para outras reuniões que a gente marcou para dividir

com o grupo. A própria linha editorial, por exemplo, Eu e Paula que escrevemos, mas a gente abriu o arquivo para toda a redação poder comentar e editar. A gente faz tudo muito colaborativamente mesmo, então a minha percepção é a seguinte: a gente já estava há muito tempo Catarinas com aquela cara velha, e o design era o que mais incomodava. Então a gente tinha que pensar em uma reformulação mais completa e pensar na linha editorial também porque, como eu te disse, a gente às vezes alimentava algumas práticas no dia-a-dia da redação que a gente não tinha colocado um posicionamento oficial e aberto sobre isso. Podemos dizer que nós temos essa imaginação de que os indivíduos são uma parte de um grupo e eu acho que a gente tem uma quantidade de dúvidas sobre essa questão de onde se pode enfrentar e como que o que vai ser feito para enfrentar esse movimento feminista para o inteiro do mundo? Então, a gente, e aí que um questionar, né, então como assim o Catarinas faz jornalismo feminista, mas não tá pensando aqui nas mulheres, e aí tem toda essa construção que vai vilanizar pessoas trans, né, como se elas estivessem em oposição, e a gente não entende dessa forma, né, da bibliografia que a gente bebe, dos movimentos que a gente bebe, a gente entende que, na verdade, a gente tá falando de uma opressão que vem de um mesmo lugar, que é o patriarcado, né, então a gente tá falando de aliados, e não de pessoas que têm que estar num campo oposto. Então, mas isso não pode invalidar a gente como feminista, né, porque tem um braço ali do movimento feminista que é transfóbico. Então, em que lugar do movimento feminista a gente tá também? Porque a gente também não quer ser confundida com esse feminismo que é lá de primeira onda, e que às vezes tem essas falas muito incisivas num direcionamento de uma ordem mais liberal, ou branca mesmo, assim, né, a gente quer tentar pensar de uma outra forma. Então, oficializamos isso e buscamos entender essas práticas como organizacionais e não pessoais. Então, não é porque a Paula tem esse olhar direcionado, porque a Jess tem, né? Mas porque a gente entendeu coletivamente, acordou que o Catarinas vai pensar nessa frente aqui, dessa forma, enfim. E também foi um momento importante pra gente entrar numa prática reflexiva sobre esse trabalho que a gente vinha desenvolvendo e de propor algumas atividades pra gente pensar criticamente sobre isso. Então, eu sou uma pesquisadora do jornalismo, por exemplo. Uma autora que eu gosto muito, que eu uso muito na minha pesquisa é a Fabiana Moraes. E teve esse momento, assim, né, de eu pegar a bibliografia dela e pensar ali, puts, a Fabiana tá defendendo aqui a dimensão jornalista, uma dimensão ativista pro jornalismo. Faz sentido pra gente? Faz sentido pra gente, sim, vamos incorporar isso, vamos trazer essa referência pra dentro da nossa linha editorial. Então, a gente fez esse trabalho mesmo de tentar trazer, inclusive, referências bibliográficas pra essa linha editorial, né? E acho que é isso, assim, a gente não é impecável, né? Com certeza a gente já cometeu algum erro, vai cometer, mas a gente tem mesmo essa vontade e a gente se esforça muito pra aliar a nossa prática do dia-a-dia ali de trabalho a um olhar reflexivo mesmo sobre as coisas, né?

10. Eu queria ter a visão de vocês sobre dois pontos: o olhar para o design ativista, que é, inclusive, um campo de estudo. E também sobre o fato de vocês se posicionarem na linha editorial como um portal de jornalismo feminista e transativista. Me parece que é o que mais tem gerado repercussão. Como que tem sido para vocês esse tipo de repercussão sobre esse posicionamento específico? E como que vocês gerem esses comentários e as respostas dadas? Qual que é a estratégia de vocês pra responder? O

que é para vocês é o limite? Como que tem sido lidar com essa parte mais complexa do posicionamento transativista?

R. A gente não pensou dentro dessa nomenclatura do design ativista. Fiquei até curiosa, vou pesquisar depois. Mas, com certeza, a gente bebeu de algumas referências que dialogam, né, com design ativista. Uma referência muito legal e a gente resolveu mesmo sair um pouco dessas referências que dizem respeito só ao jornalismo, né, por entender que, às vezes, elas são um pouco quadradas. E a gente queria sair um pouco da caixinha, que foi o Guerrilha Girls, que é um movimento mulheres nas artes plásticas. Enfim, teve uma exposição no Museu de São Paulo, no MASP, uns anos atrás, e a gente gostou muito desses materiais. A gente achou que dialogam muito com essa pegada de movimento que o Catarinas tem. Então, fontes de impacto, um design muito simples, assim, mas que tende a trazer essa ideia do impacto, que é uma palavra que a gente traz, inclusive, para falar do nosso jornalismo mesmo. A gente quer fazer jornalismo de impacto. Então, as fontes, elas dialogam com isso. A gente escolheu uma fonte bastante impactante, quadrada, sem serifa, pensando nisso. Essa fonte, na logo, é levemente inclinada para trazer essa ideia de movimento, que também é uma palavra-chave para a gente, né, pensar sempre no Catarinas não como um movimento social, mas como um veículo que está a fim de construir em diálogo com os movimentos, que entende a importância deles, e que também tem o seu histórico ali de pessoas que participam de movimentos. Então, estabelecer esse diálogo. Diálogo também é uma palavra que eu poderia mencionar, a gente traz essas caixas de diálogo, né, a gente optou por trazer duas justamente para trazer essa ideia de que a gente não quer ficar nessa posição passiva. A gente quer trazer as pessoas para o debate, quer ouvi-las, quer construir coletivamente. Sobre as cores, uma pauta muito forte do Catarinas é a dos direitos sexuais e reprodutivos, mais especificamente sobre o aborto. A gente entende que o verde esperança é uma cor muito emblemática para falar disso, né, dos movimentos latino-americanos que tratam da descriminalização do aborto, então a gente trouxe essa como uma cor central ali para a nossa paleta em diálogo com o roxo, que é uma cor celebrada pelo movimento feminista e que também preservava ali, né, aquela história do Catarinas que tinha algumas cores que a gente entendia, a gente entendia que a identidade anterior [em tons pasteis de rosa e vermelho] ela ainda trazia muitos elementos desse estereótipo do feminino. Então, a gente eliminou esses elementos, mas a gente preservou alguma coisa ali, dessa história, dessa construção de marca prata e essa linearidade também, porque a gente não descontinuou nada. E as cores muito fortes, muito vibrantes, isso tem a ver com o movimento social, mas isso também tem a ver com uma percepção minha, por exemplo, que está respaldada por estudos, de que as pessoas... A gente concorre com muito conteúdo nas redes sociais, a gente precisa prender atenção, então, as cores são excelentes para a gente pensar, né, estratégias para trazer mais público e para que as pessoas fiquem um tempo mesmo naquele nosso conteúdo, sabe. Então, a gente não quis, por exemplo, trazer cores pasteis.. Não dialoga com nada do que eu estou falando aqui. Então, vamos pensar em cores mais vibrantes... E foi tudo muito feito em grupo, assim, olhando para várias referências. A gente gosta muito do trabalho d’AzMina, entende que tem muitas diferenças, mas a gente olhou bastante para AzMina como referência, para o Intercept também. A gente olhou para o Latifem, a gente olhou para muitos veículos, e

tentou construir essa identidade num diálogo múltiplo. A gente abriu pastas de referências visuais que todo mundo colaborou, a gente olhou para o afrofuturismo, a gente foi tentando fazer esse mix mesmo de referências e chegar num lugar que parecesse Catarinas. E ainda estamos nessa construção, né, a gente continua encorpando esse manual de marca para deixar ele um pouco mais consistente, porque o trabalho do design é uma coisa muito nova, assim, dentro do Catarinas. A gente faz parte da nossa história muito recente, assim, ter essa pessoa dentro da redação e tudo mais. Então estamos engatilhando aí nessa área.

11. A título de comparação, o próprio logotipo anterior com a letra cursiva e redondinha passou por uma mudança grande, e nisso percebi aspectos do design ativista; entendendo que o portal passava por esse momento de embate mesmo, de confronto, e que me parece que a Catarinas está querendo assumir, está querendo demonstrar que assume. Faz sentido?

R. Isso, está nessa dimensão. Não é que a gente resolveu, “agora vamos ser combativos”. Não. A gente já era, e aí a gente olhava para a nossa logo, olhava para o que a gente tinha e falava, meu Deus, isso aqui não faz o menor sentido mais, sabe, estava muito datado. Mas a gente precisou ter condições financeiras mesmo, de poder fazer essa mudança, ter um grupo de trabalho para tal e tudo mais, então, foi por aí, e como eu te disse, eu não conheço o design ativista, não consumo bibliografia sobre, mas eu imagino, por exemplo, que Guerrilha Girls deve ser um expoente desse movimento, porque, justamente vai trazer o ativismo para dentro dos museus. A exposição que comentei, que foi para o MASP, tinha esse lugar de questionamento mesmo, de onde estão as mulheres dos museus? Elas estão lá naquela obra sexualizada, ou elas são autoras? Então, acho que faz muito sentido, sim, a sua leitura, viu?

Daí, sobre o nosso posicionamento transafirmativo. Esse era um calo do Catarinas, quando eu entrei já era um calo, quando a Paula fez a reunião ela já me convidou diretamente para assumir o cargo de editora, porque eu entregava algumas reportagens especiais, ela já conhecia meu trabalho, de outros veículos. Mas em uma das nossas primeiras conversas, assim que assumi o cargo, ela trouxe isso porque a gente tinha recebido uma onda de *hate*, por conta dessa pauta, e ainda havia um receio muito grande, sabe? E a gente foi conversando, foi elaborando isso, e eu faço uma defesa muito grande dessa pauta também, né, todo mundo do Catarinas faz, a gente encontra muito acordo, não teve nenhuma ruptura, nunca. Porque é isso, a gente encontra muito acordo no que a gente pensa, no que a gente lê, são referências diversas, mas que dialogam muito. E a gente entende que pessoas trans são sujeitos de direitos, e que esse braço do movimento feminista, né, as TERFs [TERF é a sigla em inglês para feminista radical transexcludente], é um braço que dialoga com o fascismo mesmo, sabe? E a gente... a gente faz coro com a Judith Butler quando ela fala disso. Então, a gente foi cada vez mais perdendo o medo e se apropriando desse nosso posicionamento. Não, então vamos demarcar isso na nossa linha editorial para elas já saberem que não é para esperar outra coisa? Vamos. Sabe, teve esse momento de decisão, assim, acordado entre todas. Como lidar com isso, né? Já tivemos muitas fases. Eu fico nesse papel que é o de um gerenciamento de crise, porque receber ataques, receber *hate* não é gostoso para ninguém. Eu já acompanhei isso em vários lugares e em empresas onde eu trabalhei. Então, nunca é muito

agradável. E no caso do jornalismo, tem essa demanda por posicionamento mesmo, né? Então, não dá só para a gente fechar as redes e se recolher, sabe? A gente não fica ali falando, se repetindo sobre algumas questões mais, discutindo com elas, porque a gente entende que elas são reprodutoras de um discurso muito fechado. Eu não sei se você já leu, mas tem uma editorial do Catarinas que fala especificamente sobre isso, que eu acho que pode ser bastante interessante para o seu trabalho. Fui eu que escrevi esse editorial, eu posso te mandar o link depois. Vai falar justamente sobre essa questão, da gente receber muito *hate*, e eles vieram depois da estreia da Coluna da Lana de Holanda, né? Então, a gente entende, assim, que a gente gostaria que o Catarinas fosse um espaço seguro para receber pessoas trans. A gente sabe que a gente não tem condições de controlar esse espaço no sentido de a gente pode ir lá apagar os comentários, porque a gente não está ali 24 por 7, a gente não consegue se resguardar de recebê-los, sabe? E, geralmente, eles são comentários criminosos, porque transfobia é crime no Brasil. Então, assim, a gente não tem capacidade institucional mesmo, pensando em grana, em gente, para ficar ali no 24 por 7, que é o que eu penso que seria o mais correto para não deixar passar mesmo. Não fazer desse um palanque para esse tipo de discurso criminoso. Então, o que a gente faz é, quando a gente está na ativa, a gente apaga os comentários criminosos, os que a gente consegue fazer isso, e faz ali um ou dois posicionamentos em resposta a comentários que ainda estão abertos ao diálogo, que ainda se propõem. Mas se tem esse tom criminoso, assim, a gente já tira logo de cara, não fica ali discutindo minúcias não. A gente pensa muito que o nosso trabalho do dia a dia, o nosso trabalho de produzir informação é o trabalho que vai segurar esse posicionamento, e não uma discussão pontual num *post* onde tem um movimento transfóbico, e a gente sabe que, não importa o que a gente diga, a gente só vai ser linchada ali. Então, é cada vez maior a nossa vontade de manter esse ambiente democrático, com espaço para várias falas, mas livre de crimes, de ódio, que é o que a gente percebe que acontece nesses ataques. E não é uma exclusividade nossa, né? A AzMina teve recentemente. Acho que talvez a gente tenha sido um dos primeiros veículos que começou a receber essas chuvas de ódio transfóbicas, mas mais recentemente, a AzMina tem se posicionado dessa forma e recebeu também. A Gênero e Número também, enfim. Então, infelizmente, é uma realidade com a qual a gente tem que lidar, e a gente lida tentando produzir informação qualificada e manter o ambiente, na medida do possível, livre do *hate*.

12. Sobre as rotinas produtivas, eu gostaria de saber melhor sobre como vocês foram afetadas durante a pandemia? Eu não sei se vocês têm escritório ou redação física, ou se todo mundo trabalha home office... Como foi o trabalho do Catarinas durante a pandemia? Como que a rotina produtiva de vocês pode ter sido, pode não, ela foi muito influenciada, né, mas, enfim, comentar um pouco sobre isso.

R. Eu, de fato, não estava, assim, estava parcialmente, mas para o fim da pandemia eu já estava colaborando para o Catarinas, né, mas uma informação importante é que a gente não teve, nunca teve e continua não tendo uma sede física, a gente se reúne em momentos pontuais, por exemplo, no ano passado, quando a gente fez o lançamento do *rebranding*, todo mundo se reuniu em Floripa, enfim, né, teve esse momento, mas não é uma prática a gente trabalhar juntas num ambiente físico. A gente fica nesse ambiente mais digital e todo mundo

tem seus horários ali, mas a gente respeita também esse fator orgânico da rotina de cada uma. Inara é uma mulher que está na gestão, que tem grandes responsabilidades no Catarinas, mas que é mãe e é uma mãe solo, então a gente entende que às vezes ela vai trabalhar de madrugada, porque é o horário disponível para ela de acordo com as demandas dela. Ela faz o horário dela. Então, acho que isso também traz esse aprendizado da pandemia, testemunha muito essas rotinas que a gente teve que estabelecer e tudo mais. Eu sei que o Catarinas já teve mais gente no território e eu acho que essa palavra, né, o território, como marcador de Floripa, ela tende a se dissipar cada vez mais, porque a gente entende que é importante a gente respeitar essa história do Catarinas e esse lugar de onde ele vem, inclusive porque Santa Catarina é um berço do fascismo. Então a nossa atuação política, por meio do jornalismo, dentro desse estado é muito importante. Mas a gente quer cada vez mais nacionalizar, a gente quer produzir pautas que produzam algum impacto no ambiente onde a gente está, mas também no Brasil, pensar em leis, pensar em reformulações maiores. Então é isso, cada uma na sua casa, eventualmente a gente se encontra, a gente se encontra em eventos, se encontra quando fazemos reuniões do Catarinas, mas funciona muito online, assim, com raras exceções. Talvez o ponto que tenha sido mais afetado pela pandemia seja que a galera que está em Floripa, que agora é uma minoria, inclusive, eu falei em algum momento que era uma maioria, mas não é não, agora é uma minoria que está em Floripa. O pessoal que está em Floripa às vezes vai lá, né, vai ter uma passeata específica, então se encontram, vão fazer essa cobertura. O Catarinas sempre fez cobertura de movimento de rua, na pandemia isso não foi possível, mas em geral é isso, nossa atuação é online mesmo, fazemos ciberativismo.

ANEXO A - LINHA EDITORIAL DE “CATARINAS”

27/08/2023, 16:53

Linha Editorial - Portal Catarinas



LINHA EDITORIAL

O jornalismo que está ao seu lado nas trincheiras

Somos um veículo de jornalismo independente, constituído legalmente como uma organização sem fins lucrativos. Sediadas em Florianópolis (SC) desde 2016, oferecemos um serviço de informação de acesso aberto e gratuito.

Desenvolvemos jornalismo de causa, com atuação feminista e antirracista no âmbito da afirmação dos direitos humanos e direitos fundamentais para a garantia de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Reportamos e interpretamos os fatos de maneira crítica, por meio da lente do feminismo interseccional que reconhece o entrecruzamento das camadas de opressão que estruturam as dinâmicas de poder na sociedade: raça, classe social, gênero, sexualidade e etnia.

Compreendemos que o jornalismo provoca impactos fundamentais no acesso a direitos, e principalmente produz conhecimento para promover rupturas no âmbito da cultura, que é onde se cristalizam as relações de gênero, raça, sexualidade, sendo construídas, mas também tensionadas constantemente.

Temos como pilar o direcionamento político de coalizão antirracista, transafirmativa, anticapacitista e anticapitalista. Nas décadas de 1970 e 1980, a precursora do pensamento interseccional no continente, Lélia Gonzalez, já apontava e confrontava as desigualdades de classe social, de gênero e de raça na tentativa de compreender as dominações históricas e coloniais que persistem atadas à condição de ser mulher latino-americana, e principalmente de mulher negra e indígena numa sociedade escravocrata e que dizimou grande parte de sua população originária.

Estamos ao lado das sujeitas e dos sujeitos dos movimentos políticos que rompem a lógica dos papéis sociais de gênero e orientação sexual hetero e/ou monocentrada atribuídos às pessoas de maneira compulsória. Logo, cabe reiterar que nossa prática se posiciona como transafirmativa, entendendo as pessoas trans como sujeitas importantes da contestação ao padrão normativo

<https://catarinas.info/linha-editorial/>

1/14

cisheteropatriarcal. Assim como a pesquisadora transfeminista Leticia Nascimento, defendemos que não existe corpo errado, existe corpo possível.

No Brasil, como também em outros países da América Latina, vivemos um período de ascensão institucional de grupos autoritários, de extrema direita, armamentistas, fascistas, fundamentalistas e paramilitares como resultado de uma nova fase de conformação do sistema capitalista, patriarcal e colonial que aprofunda as desigualdades e violências, enquanto aumenta a concentração do poder político e econômico sobre territórios e corpos femininos, feminizados e dissidentes.

Segundo analisa a antropóloga argentina Rita Segato, nas guerras informais contemporâneas, cuja expressão máxima é o estupro e o feminicídio, o corpo da mulher é um lugar onde se inscreve a potência jurisdicional dos homens e da máfia: a soberania sobre um território. Essa afirmação da crueldade, chamada de “pedagogia da violência”, se estende a crimes homofóbicos, transfóbicos e racistas: “não são outra coisa que o disciplinamento que as forças patriarcais impõem a todos que moramos à margem da política”.

A nós interessa mais a “pedagogia da pergunta” de Paulo Freire – e é por isso que trazemos a conscientização e o diálogo para o centro do noticiário. Nos importa enquanto jornalistas compreender esses tempos, questioná-los, reportá-los, registrar a memória dos modos de vida que resistem e produzem fissuras nas dinâmicas de exploração e apropriação dos corpos e territórios, denunciar as injustiças, combater a cultura da violência, e lutar pela garantia de direitos para uma sociedade mais justa e equânime, em que todas, todes e todos possamos viver livres de discriminações, regimes autoritários e de ódio.